



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM PALMAS – TO: UMA ANÁLISE DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL E ESTADUAL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2026

Francisca Ferreira da Silva

**O trabalho do(a) assistente social nas escolas de ensino fundamental em Palmas – TO:
Uma análise da rede pública municipal e estadual**

Dissertação apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Miracema do Tocantins, TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586t Silva, Francisca Ferreira Da.
O trabalho do(a) assistente social nas escolas de ensino fundamental em Palmas – TO: Uma análise da rede pública municipal e estadual. / Francisca Ferreira Da Silva. – Miracema, TO, 2026.
93 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2026.
Orientador: Eliane Marques de Menezes Amicucci
1. Serviço Social. 2. Política Educacional. 3. Lei nº 13.935/2019. 4. Palmas - TO. I. Título. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FRANCISCA FERREIRA DA SILVA

O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL EM PALMAS – TO: UMA ANÁLISE DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL E ESTADUAL

Dissertação apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 25/06/2026.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Eliane Marques de Menezes Amicucci - Orientadora – UFT.

Prof^a. Dr^a. Célia Maria Grandini Albiero – Examinadora – UFT.

Prof^a. Dr^a. Adriana Freire Pereira Férriz - Examinadora – UFBA.

À minha melhor versão, desde a trajetória construída com coragem, pelos aprendizados adquiridos ao longo do caminho e pela mulher que me tornei. Esta conquista representa a aceitação da minha história, das minhas imperfeições e da minha constante busca por crescimento. Representada pelo trecho dessa música:

"Cada paso tuyo deja huella en el camino. Tú eres la fuerza, tú eres el destino."

DJ Yoldi, Eres Maravillosa (2025).

AGRADECIMENTOS

Ao chegar a este momento, percebi que escrever os agradecimentos não seria a parte mais fácil desta caminhada. Agradecer é revisitar uma trajetória marcada por desafios, aprendizados e superações. Começo agradecendo a Deus pelo dom da vida. Foi Ele quem me sustentou nos dias difíceis, fortaleceu minha fé quando pensei em desistir e me fez acreditar que eu era capaz. Obrigada, Deus, por nunca soltar a minha mão, mesmo quando eu pensei em soltá-la.

Aos meus filhos, César Filho, Vinícius e Arthur Felipe, vocês são o meu “porquê”. Obrigada por compreenderem minhas ausências, os dias e noites de estudos, o cansaço e as renúncias. Nem sempre foi fácil, mas tudo isso também é por vocês. Não poderia deixar de agradecer a Marcelo Randre, que foi um parceiro importante nessa caminhada. Foram dois anos de apoio, companheirismo e incentivo, que marcaram profundamente a minha trajetória e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Minha gratidão por ter caminhado ao meu lado nesse período.

À minha mãe, Maria de Jesus, com seus 86 anos, exemplo de força, resistência e amor... Mesmo com suas limitações, nunca deixou de me incentivar, de torcer por mim e de acreditar.

Aos meus familiares, tias, primas (os) que de tantas formas me sustentaram com palavras, gestos e presença ao longo dessa caminhada. Levo comigo cada incentivo, cada mensagem de apoio e cada demonstração de carinho, nas frases como: “Vai para a tua aula”, “Siga firme, está chegando ao fim”, “Continue em busca de mais conhecimento”, “Que orgulho, nossa prima será mestra!”. Quero que saibam que cada palavra de apoio fortaleceu minha caminhada nos momentos mais difíceis e me lembrou, muitas vezes, de que eu não estava sozinha nessa trajetória. Foram palavras sinceras, cheias de amor, que me deram forças para seguir em frente. Em especial, às minhas primas, que sempre diziam com orgulho: “Vou ter uma prima mestra!”. Hoje, essa frase se tornou realidade.

Às amigas e aos colegas que o Mestrado me presenteou: a todos que fizeram parte dessa caminhada, meu sincero agradecimento. Cada conversa, cada troca, cada apoio e cada momento compartilhado contribuíram para que este dia chegasse, vocês foram presentes que essa caminhada me trouxe. Em especial: À Thambata, que me acolheu logo no início, abrindo sua casa e seu coração, um gesto que jamais esquecerei. À Maria Guanamar, que tantas vezes foi minha escuta, meu conselho, quase uma terapeuta nessa caminhada. À Katrinny, cuja conexão foi imediata, como se a vida já tivesse nos apresentado antes. Sempre positiva,

acolhedora e presente. E à Romilda, nossa parceira fiel nas idas e vindas entre Palmas-TO e Miracema-TO. Quantas conversas, desabafos e risadas compartilhamos ao longo desse percurso, vocês transformaram o peso da rotina acadêmica em leveza. A amizade de vocês foi e continua sendo essencial.

À todos os professores(as) do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social do Câmpus de Miracema-TO, pelo compromisso com a formação crítica, pelos ensinamentos compartilhados e pelas contribuições fundamentais para minha trajetória acadêmica e profissional.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Eliane Amicucci, pela orientação, pela confiança e pelo compromisso com minha formação acadêmica. Obrigada pelos ensinamentos, pela paciência, pela escuta atenta e pelo apoio constante ao longo desta trajetória.

Aos professores da banca de qualificação e da banca examinadora final, Prof.^a Dr.^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo, Prof.^a Dr.^a Adriana Férriz e Prof.^a Dr.^a Célia Albiero, agradeço pelo cuidado, pelas valiosas contribuições e pelo olhar atento dedicado a este trabalho. Esta dissertação também carrega um pouco de cada reflexão, sugestão e conhecimento compartilhados por vocês.

À minha amiga desde a graduação e para a vida, Maria Magnólia, que sempre acreditou em mim e foi uma das pessoas que mais me encorajou a ingressar no Mestrado. Quase vivemos essa experiência de fazer o mestrado juntas e, mesmo assim, nunca deixou de estar presente em minha vida, me apoiando, incentivando. Nossos encontros sempre foram acolhedores e cheios de risadas sinceras, tornando essa caminhada mais especial e significativa. Sua amizade foi, sem dúvida, um grande suporte durante toda essa trajetória.

À minha coordenadora de trabalho Cleide Noleto, pela compreensão e pelo apoio, fundamentais para que eu conseguisse conciliar minhas responsabilidades profissionais e acadêmicas e chegar até aqui.

À Azenate, amiga que a vida me deu no trabalho, obrigada pelo incentivo, pelas palavras e pela presença, mesmo quando os caminhos foram diferentes.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória. Esta conquista não é apenas minha; ela também representa a presença, o incentivo e o apoio de pessoas que contribuíram de diferentes formas para que eu chegasse até aqui. A conclusão deste Mestrado representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também o fortalecimento do meu compromisso com a pesquisa, com a produção do conhecimento e com a defesa de uma educação pública comprometida com a transformação social.

A cada pessoa que esteve presente nesta trajetória, expresso minha sincera gratidão.

“A coragem é um valor determinante à resistência e aos enfrentamentos de cada tempo.”

(Adriana Freire Pereira Férriz, Eliana Bolorino Canteiro Martins & Ney Luiz Teixeira de Almeida).

RESUMO

A pesquisa buscou analisar os principais desafios e potencialidades do trabalho do(a) assistente social nas redes municipal e estadual de ensino fundamental, com ênfase no contexto educacional do município de Palmas. A relevância do assunto é considerada atual, porque amplia o debate e traz à tona suas implicações no campo educacional e principalmente para futuras pesquisas e para o conhecimento da sociedade em geral. A pesquisa teve como metodologia a análise bibliográfica, documental e institucional (Cress), com abordagem qualitativa. Foi fundamentada por autores (as) que contribuem com a discussão crítica profissional no campo educacional. Assim, objetivou-se especificamente compreender os fundamentos teóricos e legais que sustentam a inserção do(a) assistente social na política educacional brasileira, identificando-se as principais contribuições e limites apontados pela literatura e pelos documentos normativos; analisar os elementos que caracterizam o exercício profissional no ambiente escolar, especialmente nas escolas municipais de Palmas; discutir as implicações da Lei nº 13.935/2019 no âmbito municipal e estadual; além de refletir sobre as condições de trabalho, os desafios institucionais, a articulação intersetorial e a importância da valorização profissional para a efetivação das ações do Serviço Social na educação básica. Os resultados evidenciaram que há fragilidades no acompanhamento da fiscalização profissional no âmbito de dados atualizados sobre o exercício profissional do assistente social na educação básica. Os resultados indicam que a inserção do (a) assistente social fortalece a educação pública, especialmente no acolhimento e na articulação com outras políticas. Porém, ainda ocorre de forma limitada, com poucos profissionais diante das demandas.

Palavras-chaves: Serviço Social. Política Educacional. Lei nº 13.935/2019.

ABSTRACT

This research sought to analyze the main challenges and potential of social work within municipal and state elementary education systems, focusing on the educational context of the municipality of Palmas. The topic is considered timely, as it broadens the debate and highlights implications for the educational field, as well as for future research and public awareness. The study employed a qualitative methodology based on bibliographic, documentary, and institutional (CRESS) analysis. It was grounded in the work of authors who contribute to critical professional discourse within the educational sphere. Specifically, the objectives were to: understand the theoretical and legal foundations supporting the inclusion of social workers in Brazilian educational policy, identifying key contributions and limitations noted in the literature and regulatory documents; analyze the elements characterizing professional practice in the school environment, particularly in Palmas' municipal schools; discuss the implications of Law No. 13.935/2019 at both municipal and state levels; and reflect on working conditions, institutional challenges, intersectoral coordination, and the importance of professional recognition for the effective implementation of social work in basic education. The results revealed weaknesses in professional oversight regarding the availability of up-to-date data on social work practice in basic education. Findings indicate that the inclusion of social workers strengthens public education, particularly regarding student support and coordination with other policies; however, this inclusion remains limited, with too few professionals to meet existing demands.

Keywords: Social Work. Educational Policy. Law No. 13.935/2019.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do Brasil, com destaque em cor laranja, sendo o Estado do Tocantins TO .	46
Figura 02 Imagem com destaque para o município de Palmas - TO.....	48
Figura 03 - Mapa de escolas públicas municipais de Palmas - TO.	52
Figura 04 Relação de Municípios com Assistentes Sociais na Educação Básica, na região Norte - 2025.....	62
Figura 05 - IDEB do estado do Tocantins	69
Figura 06 - Diagnóstico da Rede Estadual	71

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Serviço Social e a Rede de Proteção Social no contexto escolar	44
Quadro 02 - Política Educacional e as demandas dos (as) assistentes sociais no município de Palmas - TO. (2024 - 2026)	55

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região
DF	Distrito Federal
DOE	Diário Oficial do Estado
DRE	Diretoria Regional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUFT	Editora da Universidade Federal do Tocantins
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
GEPESS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação do Tocantins
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A CONCEPÇÃO CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL	18
2.1	A Educação Pública e o Serviço Social: Uma análise da Reprodução Social na Sociedade Capitalista	18
2.2	A escola pública como espaço de expressão da questão social	23
2.3	Educação e o Projeto Ético-Político do Serviço Social	26
3	A INSERÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	28
3.1	A trajetória do Serviço Social na Educação Básica	28
3.2	A Lei nº 13.935/2019 - inserção e legitimidade do Serviço Social na Educação	38
3.3	O (a) Assistente Social e a rede de proteção social na educação	41
4	O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS – TO	45
4.1	Da emancipação do município de Palmas – TO, até a Secretaria Municipal de Educação – SEMED	45
4.2	A Política Educacional em Palmas – TO e o Serviço Social	52
4.3	Indicadores educacionais no Estado do Tocantins	64
4.4	Configuração do Serviço Social na política educacional do município de Palmas - TO no âmbito estadual, a partir de dados do Cress/TO	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICES	85

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou analisar os principais desafios e potencialidades do trabalho do (a) assistente social nas redes municipal e estadual de ensino fundamental¹, com ênfase no contexto educacional no município de Palmas - TO. Considerando que o exercício desse profissional na educação, contribui para a promoção da inclusão e “*muda*” a realidade escolar frente às múltiplas expressões da questão social, efetivando direitos sociais à educação², tanto de crianças, adolescentes, quanto de seus familiares. Além disso, o trabalho do (a) assistente social em equipes multiprofissionais, se revela necessário para a construção de práticas interdisciplinares que sejam comprometidas para a garantia e consolidação das políticas públicas.

Ademais, pensando nisso, destaca-se que os objetivos específicos foram: compreender os fundamentos teóricos e legais que sustentam a inserção do (a) assistente social na política educacional brasileira; identificando as principais contribuições e limites apontados pela literatura e pelos documentos normativos; analisando os elementos que caracterizam o exercício profissional no ambiente escolar, com ênfase nas escolas municipais de Palmas – TO; e por último, discutindo as implicações da Lei nº 13.935/2019 no âmbito municipal e estadual.

A motivação para a realização do estudo, fundamenta-se no Projeto Ético-Político do Serviço Social e teve como problema compreender de que forma a produção bibliográfica e documental do exercício profissional do (a) assistente social na educação básica da rede municipal de Palmas – TO, evidencia desafios e potencialidades para a efetivação do direito à educação. Ainda sobre a pesquisa, Lara (2007), considera que;

[...] a produção do conhecimento tornou-se pré-requisito ao assistente social, sendo que por meio da investigação científica, que na verdade é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções. (LARA, 2007, p. 74).

Do mesmo modo, sobre a pesquisa Carvalho e Silva (2005, p. 12) corroboram como

¹ O Ensino Fundamental I, no Brasil, desempenha um papel crucial na formação inicial dos estudantes, proporcionando as bases necessárias para seu desenvolvimento intelectual e social. A estrutura curricular, aliada a uma avaliação contínua e modalidades de ensino inclusivas, assegura que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, essencial para sua participação plena na sociedade. (SANTOS, BARBOSA E FREIRE, 2025, p. 16).

² É um conceito genérico, mais amplo, que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando a formação de habilidades, como o caráter e personalidade social. O ato de educar segundo o professor Libâneo, educar (vem do latim, *educare*), é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação (LIBÂNEO, 2013).

fundamental para o fortalecimento do Serviço Social, enquanto campo de produção de conhecimento, sendo inclusive tal como instrumento para a análise crítica da realidade social cotidiana em suas diferentes políticas sociais. “[...] O Serviço Social brasileiro foi instado a transformar a pesquisa num instrumento para conhecer, analisar e intervir sobre a realidade. Tal transformação se deu no interior de um amplo reconhecimento e legitimação social, mediado pela ação dos pesquisadores e intelectuais. [...]”.

Por conseguinte, a pesquisa se justifica porque o desenvolvimento representou um marco no percurso acadêmico e profissional da autora, ao integrar vivências, práticas e reflexões teóricas sobre o assunto. A imersão no campo do Serviço Social na educação, possibilitou a ampliação de perspectivas teóricas e metodológicas, além do aprofundamento da compreensão das dinâmicas sociais que impactam a vida da comunidade escolar. Por isso, houve a necessidade de mensurar o trabalho do (a) assistente social no campo educacional, articulado também à realidade estadual.

Dessa forma, o estudo amplia o debate e a reflexão ao apresentar apontamentos acerca das particularidades, desafios e potencialidades do exercício profissional do (a) assistente social nas escolas públicas. As evidências documentais e teóricas trouxeram aproximações do papel desse profissional e suas estratégias de trabalho, entre a escola, a família e a comunidade. Entretanto, sua efetivação ainda enfrenta limites significativos, decorrentes de entraves institucionais, da insuficiência de profissionais, de interpretações restritivas acerca de suas atribuições profissionais e de disputas no âmbito das políticas públicas. Tais fatores evidenciam a necessidade de aprofundar o debate sobre a operacionalização das legislações, bem como sobre o fortalecimento das condições do trabalho profissional.

Reafirma-se que o exercício profissional do (a) assistente social na educação não se restringe à dimensão técnico-operativa, constitui-se como prática ético-política empenhada com a justiça social, para uma sociedade mais justa e igualitária. A presença do (a) assistente social nas escolas públicas vincula-se à uma luta histórica consolidada a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Sobre o percurso metodológico da pesquisa, se deu da seguinte forma: análise bibliográfica, documental e institucional (CRESS), com abordagem qualitativa. Para Minayo (2003), esse tipo de abordagem possibilita a compreensão de dimensões da realidade que não se expressam por meio de quantificação, permitindo-se apreender significados, sentidos e mediações presentes no exercício profissional do (a) assistente social na política educacional. Nesse sentido, mostra-se a mais adequada devido às complexidades e particularidades do objeto de estudo de forma crítica.

No que cerne aos passos metodológicos, abrangeu-se também legislações, e normativas pertinentes, além de livros, artigos, dissertações e teses. As fontes incluíram ainda, matérias em sites oficiais de órgãos públicos, institutos de pesquisa e bases acadêmicas como, *SciELO*; *Google acadêmico* e outros (as). As análises documentais foram realizadas a partir de leitura crítica de forma minuciosa, a fim de atingir os objetivos propostos. Conforme Lakatos e Marconi (2008), esse tipo de pesquisa fundamenta-se em fontes primárias. Ademais, conforme Deslandes, Gomes e Minayo (2007), os procedimentos analíticos implicam a organização sistemática dos dados e a construção de inferências interpretativas, devendo ser explicitados com rigor e transparência.

Cumprir enfatizar que a escolha desse método decorreu de limitações institucionais para a realização da etapa empírica. Apesar das reiteradas tentativas de articulação, por meio de ofícios, e-mails, envio de termo de consentimento e apresentação do próprio projeto pesquisa, verificou-se resistência por parte dos órgãos públicos municipais e estaduais de Palmas – TO, quanto ao acesso a dados documentais mais detalhados, alinhados especialmente sobre quantitativos e campos de exercício profissional dos (as) assistentes sociais na política educacional. Tal cenário evidencia-se como a chamada “*burocracia institucional*” e por que não dizer “*intencional*”? Tal situação fere o princípio da transparência pública na gestão administrativa, uma vez que compete a esses órgãos assegurar a publicização e o acesso às informações atualizadas da administração pública.

A base teórica de cunho ético-político, foi fundamentada pelos (as) autores (as) que contribuem com a discussão crítica do Serviço Social no campo educacional, como: Paulo Freire (1987), Dermeval Saviani (2008), José Carlos Libâneo (2013) e Moacir Gadotti (2003); e, no Serviço Social, José Paulo Netto (2011), Marilda Villela Iamamoto (2009), Adriana Ferriz (2010), Ney Luiz Teixeira de Almeida (2010) e Eliana Bolorino Canteiro Martins (2012); Mireille Alves Gazotto (2017), dentre outros (as). Tais materiais discutiram atribuições, competências e a concepção crítica do Serviço Social na educação. A respeito disso, Lima e Miotto (2007, p. 38), esclarece que; “[...] a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

O fato, torna-se ainda mais relevante diante dos avanços da implementação da Lei nº 13.935/2019, sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica. A pesquisa delimitou-se às redes públicas de ensino fundamental, possibilitando uma análise concreta das políticas locais e das condições de trabalho dos (as)

profissionais na rede. Reconhece-se, contudo, que esse recorte não abrange as demais etapas educacionais, como o ensino médio e superior. Quanto à delimitação e à articulação com a realidade estadual, considerou-se que o Tocantins é composto por 139 municípios, optando por restringir a pesquisa ao município de Palmas – TO, com a exclusão dos demais municípios. Tal recorte se deu pela necessidade de viabilizar uma análise mais aprofundada e contextualizada, sem prejuízo da compreensão das dinâmicas mais amplas da política educacional no âmbito estadual.

No contexto da pesquisa, a limitação de acesso às análises documentais, impôs restrições analíticas relevantes, exigindo-se a adoção de abordagem centrada no método empírico. Ainda assim, essa opção configurou-se como uma adaptação metodológica rigorosa, que não compromete a validade científica do estudo, mas, ao contrário, assegura sua continuidade com base em fontes qualificadas e critérios de análise consistentes.

Ainda assim, foi possível reunir elementos relevantes para a compreensão da inserção do (a) assistente social na política de educação, bem como das formas como vem se configurando o exercício profissional nesse campo. Do ponto de vista crítico, observa-se que a maior parte das informações foi obtida junto ao Conselho Regional de Serviço Social 25ª região - (CRESS/TO), a coleta de dados ocorreu por meio de consulta presencial, com análise de documentos institucionais e levantamento de informações disponibilizadas pelos órgãos competentes em conformidade com as finalidades propostas pela pesquisa. Priorizando inicialmente as informações referentes ao município de Palmas - TO e posteriormente, os dados em âmbito estadual.

Observou-se que em nível estadual, houve limitações quanto à transparência e disponibilidade de informações relacionadas ao trabalho do (as) assistente social na política educacional. Em contrapartida, o município de Palmas apresentou maior disponibilidade de dados e informações pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Embora o levantamento realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESS) se constitua como uma referência essencial para a compreensão do tema em âmbito nacional, a iniciativa se encontra em fase de desenvolvimento. Ainda assim, seus aportes teóricos e analíticos trouxeram fundamentos para subsidiar a pesquisa. No campo acadêmico, contudo, persistem lacunas em estudos recentes, especialmente no que se refere a análises territorializadas.

Diante dos fatos, a pesquisa evidenciou a relevância da produção e disponibilização das análises sobre a categoria profissional na política educacional. Ressalta-se que o Cress, enquanto instituição, também enfrenta limitações quanto à sistematização de informações

mais detalhadas sobre o tema. Tal realidade é compreendida à luz da estrutura disponível, especialmente considerando que o CRESS, no setor de fiscalização, conta com apenas duas agentes fiscais para atender a toda a demanda da categoria. Soma-se a isso o crescente número de profissionais inseridos na política educacional, o que contribui para a ampliação das demandas institucionais e consequentemente, para a sobrecarga desses profissionais, diante da expansão das políticas públicas sociais no Estado.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, organizados em seções e subseções, cada qual está dedicado à análise de aspectos específicos do tema central. A introdução contempla a contextualização do tema, os objetivos, a justificativa e os procedimentos metodológicos. O primeiro capítulo, aborda a educação na sociedade capitalista e sua relação com o Serviço Social; o segundo capítulo, que discute a inserção histórica e legal profissional na educação; o terceiro capítulo, analisa o exercício profissional no município de Palmas – TO e no Estado do Tocantins; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam as principais contribuições do estudo e apresentam os apontamentos e sugestões decorrentes do trabalho.

2 EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A CONCEPÇÃO CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL

O referido capítulo apresenta reflexão sobre o papel da educação na sociedade capitalista, considerando suas contradições e desafios. Inicialmente, foram abordados aspectos relacionados à forma como a política de educação se insere nas relações sociais, podendo tanto, contribuir para a diminuição das desigualdades, quanto para a construção de processos de transformação social. Dessa forma, buscou-se evidenciar a relevância de um fazer profissional comprometido com a garantia de direitos e com a transformação social.

2.1 A Educação Pública e o Serviço Social: Uma análise da Reprodução Social na Sociedade Capitalista

A compreensão crítica da educação na sociedade capitalista exige a análise de seu papel histórico e social, considerando como ela contribui para a manutenção das desigualdades estruturais. A educação na sociedade capitalista está longe de se constituir como um espaço neutro. Ao contrário, ela é profundamente determinada pelas dinâmicas do sistema econômico vigente, estruturada de forma a atender às necessidades de reprodução da lógica do capital. Do mesmo modo, Saviani (2008) e Freire (1996), discutem que a educação não se constitui como um espaço neutro, mas como uma prática social inserida nas relações de poder que estruturam a sociedade.

A sua organização, tal como o currículo escolar, as práticas pedagógicas e o acesso ao conhecimento, se revelam condicionados pela divisão social do trabalho e pelas contradições entre capital e trabalho. Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a educação como um direito social fundamental, sua efetivação ocorre de maneira desigual e seletiva, frequentemente reproduzindo como estruturas de dominação. Conforme Bourdieu e Passeron, (1982);

A escola tende a legitimar e reproduzir as desigualdades sociais, ao transformar arbitrários culturais de determinadas classes em cultura legítima, o que representa uma forma de violência simbólica. A educação, nesse contexto, contribui para a reprodução das relações de dominação, mascarando-as sob o véu da neutralidade e da meritocracia. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 45).

Para os autores, a escola é um dos principais mecanismos de “violência simbólica”, pois impõe os valores das classes dominantes como se fossem universais, deslegitimando-se os saberes populares e marginalizando-se os sujeitos oriundos das camadas subalternizadas.

Sob essa ótica crítica, Marx (2000, 2004, 2005) afirma que a educação no capitalismo exerce uma função essencialmente ideológica: forma sujeitos para os papéis previamente definidos dentro da estrutura produtiva, reforçando a aceitação da divisão social do trabalho e das desigualdades como algo natural. A burguesia, ao controlar não apenas os meios de produção material, mas também os meios de produção intelectual, utiliza o sistema educacional como ferramenta para manter sua hegemonia e garantir a reprodução das relações sociais existentes. “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Nesse contexto, a educação torna-se um instrumento de manutenção da ordem vigente, dificultando-se o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte da classe trabalhadora e limitando-se sua capacidade de compreender e transformar a realidade social que as oprime. É justamente diante desse cenário que o Serviço Social se insere com uma concepção crítica de educação, vinculada ao seu projeto ético-político.

Essa concepção rompe com a lógica funcionalista e conservadora e aposta na educação como prática social transformadora. Inspirada em autores como Paulo Freire, Gramsci e nos fundamentos do materialismo histórico-dialético, a profissão reconhece a educação como espaço de disputa ideológica, formação crítica e fortalecimento da cidadania.

“A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (FREIRE, 2019, p. 78). O trabalho profissional, nessa perspectiva, exige a união consciente entre a teoria e a práxis, com vistas à emancipação humana e à superação das desigualdades sociais. Como afirmam autores como Férriz (2010), Almeida (2010) e Martins (2014); é papel do Serviço Social contribuir com processos educativos que possibilitem a leitura crítica da realidade, a valorização dos sujeitos históricos e a construção de alternativas coletivas. “Todo homem é um filósofo, isto é, possui uma concepção do mundo, uma consciência teórica que decorre da própria posição no mundo social.” (GRAMSCI, 2000, p. 12).

Dessa forma, a concepção crítica de educação no Serviço Social não se restringe à dimensão formal do ensino, mas perpassa todos os espaços de formação e intervenção profissional, reafirmando-se o compromisso da categoria com a transformação social e a defesa intransigente dos direitos sociais.

O sistema educacional, ao invés de promover a igualdade, consolida a hierarquia social existente. Para Marx (2000), a educação no capitalismo tem uma função essencialmente

ideológica: ela prepara os indivíduos para os papéis que lhes são reservados na produção capitalista, ensinando-lhes a aceitar as relações sociais existentes como naturais.

Nesse sentido, Marx e Engels (2000) afirmam que a burguesia, enquanto classe dominante, controla não apenas os meios de produção material, mas também os meios de produção intelectual, moldando a educação de acordo com seus interesses. Essa estrutura privilegia o acesso ao conhecimento das elites e restringe o saber crítico para a classe trabalhadora, o que limita a formação de uma consciência transformadora. Assim, compreender a função reprodutora da educação na sociedade capitalista é fundamental para a construção de alternativas pedagógicas que rompam com a lógica da dominação e contribuam para uma prática educativa crítica e transformadora.

Nessa perspectiva, compreender a função reprodutora da educação na sociedade capitalista implica reconhecer que a escola, historicamente, tem sido atravessada por determinações sociais que tendem à manutenção da ordem vigente, por meio da formação de sujeitos ajustados às exigências da produtividade, da hierarquia e da disciplina social. A tradição crítica da pedagogia evidencia que a educação não é neutra, mas constitui um espaço de disputa entre projetos societários e expressa relações sociais concretas. Para Freire (1987), o caráter político da prática educativa afirma que:

A educação, como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A educação é um ato político e não pode ser compreendida fora das relações de poder que a constituem. (FREIRE, 1987, p. 79).

Sob a lógica da sociedade capitalista, a educação tende a cumprir funções sociais vinculadas à reprodução das relações existentes, ainda que contenha potencial transformador. Conforme argumenta Saviani (2008):

A escola, enquanto instituição social, está inserida no conjunto das relações sociais e, como tal, tende a reproduzir as condições sociais existentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que reproduz, a educação pode constituir-se em mediação para a transformação social, desde que orientada por um projeto crítico de formação humana. (SAVIANI, 2008, p. 41).

No interior dessa dinâmica contraditória, a organização escolar frequentemente enfatiza mecanismos de disciplina, adaptação e conformidade social. Conforme analisa Libâneo, (2013, p. 23):

A educação escolar cumpre funções sociais determinadas historicamente, vinculadas às necessidades de formação de indivíduos aptos a integrar-se às estruturas sociais existentes. Contudo, a prática pedagógica crítica deve superar a mera adaptação e orientar-se para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir na realidade social. (LIBÂNEO, 2013, p. 23).

Ademais, a incorporação de modelos organizacionais centrados na disciplina e na padronização comportamental pode reforçar a dimensão reguladora da educação, deslocando o foco do desenvolvimento integral para a conformidade normativa. A centralidade da ordem, quando desvinculada de processos formativos críticos, tende a limitar a autonomia intelectual, o pensamento reflexivo e a participação democrática.

Assim, evidencia-se a tensão entre uma educação orientada pela adaptação social e outra comprometida com a formação de sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade. Como sintetiza Moacir Gadotti (2003, p. 17), a educação está sempre vinculada a projetos societários em disputa: “A educação nunca é neutra: ela está sempre vinculada a um projeto de sociedade. Pode servir tanto à reprodução das relações sociais dominantes quanto à construção de práticas emancipatórias orientadas para a transformação social”.

Desse modo, a crítica à educação na sociedade capitalista não se reduz à negação da organização escolar, mas aponta para a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a formação crítica, a participação social e a emancipação humana, em consonância com perspectivas transformadoras presentes no campo da educação e do Serviço Social.

Em vista disso, propõe-se aprofundar a compreensão da educação na sociedade capitalista, tomando como eixo central a análise de seu papel na reprodução do capital, bem como suas possibilidades emancipatórias. Para isso, aborda-se as contribuições de Tonet, Mészáros e Frigotto, autores que oferecem uma leitura crítica sobre a função social da educação.

De fato, a análise da educação na sociedade capitalista requer compreendê-la como uma dimensão constitutiva da totalidade social, historicamente determinada pelas relações de produção e pelas formas de organização do trabalho. Nessa direção, a educação não pode ser apreendida como um campo neutro ou autônomo, mas como uma prática social que expressa e, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Sobre atividades educativas emancipadoras são aquelas que garantem acesso a conhecimentos mais avançados, como ciência, arte e tecnologia. Porém, destaca-se que apenas o acesso não é suficiente: é necessário que essas atividades promovam reflexão crítica e autonomia, permitindo que as pessoas compreendam e atuem de forma consciente na sociedade. (TONET, 2014).

Concomitantemente, essa compreensão é aprofundada por Mészáros (2005), ao analisar a educação como parte do sistema de controle sociometabólico do capital. Segundo o

autor, a educação institucionalizada desempenha um papel fundamental na reprodução das condições objetivas e subjetivas necessárias à manutenção do sistema, na medida em que promove a internalização dos valores dominantes. Nesse sentido, a educação constitui-se como um dos principais mecanismos de reprodução ideológica, pois os indivíduos “internalizam as perspectivas, os valores e a moral do sistema do capital, legitimando-a”.

Entretanto, Mészáros (2005) chama atenção para o caráter contraditório da educação. Ao mesmo tempo em que ela atua na reprodução do capital, também pode se constituir como espaço de elaboração de práticas contra-hegemônicas. Todavia, essa potencialidade encontra limites nas próprias determinações estruturais do sistema. Como ressalta o autor, mesmo as propostas educacionais mais avançadas, quando formuladas no interior da lógica capitalista, tendem a permanecer dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital.

Dessa forma, as iniciativas reformistas no campo educacional não são capazes de promover transformações substantivas, uma vez que não alteram as bases materiais da sociedade. Nessa mesma direção, Mészáros (2005, p. 15), argumenta que as reformas educacionais frequentemente operam como estratégias de recomposição do próprio capital, contribuindo para a sua manutenção. Assim, “[...] as propostas reformistas em educação não representam mais do que estratégias do próprio capital para manutenção de seu status conservador”. Essa análise evidencia que a educação, isoladamente, não pode ser concebida como solução para as contradições sociais, sendo necessário articulá-la a um projeto mais amplo e não só pela educação e a transformação social.

No âmbito da crítica marxista da educação, autores como Frigotto (1995) reforçam que a educação, no capitalismo, está subordinada à lógica da produção de mercadorias e à valorização do capital, sendo atravessada por interesses de classe. Para o autor, a crise da educação está diretamente vinculada à crise estrutural do capitalismo, o que implica reconhecer que as limitações da escola não podem ser superadas sem o enfrentamento das determinações econômicas e sociais que a condicionam.

Nessa perspectiva, a educação não se restringe ao espaço escolar, mas se insere em uma rede mais ampla de proteção social, evidenciando-se seu caráter interdisciplinar e intersetorial. Diante desse quadro, Mészáros (2005) propõe a construção de uma nova concepção de educação, orientada pela perspectiva da emancipação humana. Para o autor, essa educação deve ultrapassar os limites da institucionalidade escolar e ser compreendida como um processo amplo, que perpassa toda a vida social. Trata-se de construir uma “contra-internalização”, capaz de romper com os mecanismos de reprodução do capital e de fomentar uma consciência crítica voltada à transformação social.

Percebe-se que essa concepção implica a superação da alienação e a construção de uma sociabilidade fundada nas necessidades humanas, e não na lógica da acumulação. Nesse sentido, a educação deve possibilitar que os indivíduos se tornem sujeitos ativos na construção de sua própria história, transformando o processo de aprendizagem em uma dimensão inseparável da vida. Como afirma Mészáros (2005), é necessário que os indivíduos sejam capazes de fazer do processo de aprendizagem “a sua própria vida”.

Em vista disso, compreende-se que a análise da concepção de educação na sociedade capitalista revela seu caráter profundamente contraditório. Porque, por um lado, ela atua como instrumento de reprodução das relações sociais e de manutenção da ordem vigente; por outro, apresenta potencialidades para a construção de práticas emancipatórias. Contudo, essa segunda dimensão só pode se efetivar plenamente a partir da articulação entre “*educação e transformação social*”, o que implica a superação das bases estruturais do capitalismo.

Consequentemente, a construção de uma educação voltada à emancipação humana constitui-se não apenas um desafio teórico, mas como uma necessidade histórica, diante das crises e limites do sistema capitalista. Nesse processo, a educação assume um papel estratégico, não como solução isolada, mas como mediação fundamental na construção de uma nova sociabilidade.

2.2 A escola pública como espaço de expressão da “questão social”

Entende-se que as expressões da questão social surgiram no século XIX, em meio às transformações provocadas pela Revolução Industrial e com o avanço do capitalismo houve o aumento da pobreza, do desemprego, da exploração do trabalho e das desigualdades sociais. Então essa expressão nasceu no pensamento positivista e culminou em problemas sociais, como algo que precisava ser controlado, para manter a ordem da sociedade, ou seja, a pobreza e os conflitos sociais eram vistos como “algo desajustado socialmente” e não como consequência do próprio sistema capitalista.

Com o avanço do pensamento crítico, a questão social passa a ser entendida de outra forma. Ela deixa de ser vista apenas como problema moral e individual e passa a ser compreendida como resultado das desigualdades produzidas pelo capitalismo. escola se configura como um “*espaço de expressão da questão social*” quando passa a refletir as múltiplas consequências das desigualdades sociais, tais como fome, desemprego, racismo, precarização do trabalho, ausência de acesso a direitos, déficit habitacional, insegurança alimentar, violência intrafamiliar e dificuldades de acesso à saúde, entre outras. Esses fatores

impactam diretamente a vida dos estudantes e de suas famílias, influenciando seu processo de aprendizagem, sua permanência na escola e seu desempenho educacional.

Por isso, compreende-se que a escola pública não constitui um espaço neutro, mas um ambiente atravessado pelas diversas expressões da questão social, que se manifestam cotidianamente nas relações escolares e nas demandas apresentadas pela comunidade educativa. A escola pública brasileira, especialmente nas periferias urbanas e regiões vulneráveis, é um espaço onde se expressam, de forma concreta, as múltiplas manifestações da questão social. Problemas como a evasão escolar, a violência, o racismo estrutural, as desigualdades de acesso e as políticas públicas, bem como as dificuldades sóciofamiliares e comunitárias, são atravessamentos cotidianos que afetam diretamente o processo educativo. Segundo Amiccuci, Salvador e Perez. (2020, p. 68). “O enfrentamento do sistema capitalista através das expressões da “questão social”, como o desemprego, a fome, o pauperismo, as discriminações, dentre outros, tornam-se desafios postos à profissão em tempos de neoliberalismo”.

No contexto brasileiro, a escola pública reflete as contradições estruturais da sociedade capitalista. A precarização das condições de ensino, a ausência de políticas públicas integradas e o sucateamento do sistema educacional revelam o impacto das reformas neoliberais e da mercantilização dos direitos sociais, entre eles, o direito à educação.

As expressões da questão social se materializam diariamente nas relações entre alunos, educadores, familiares e comunidade, tendo como pano de fundo a desigualdade social, produzida por diversos fatores entre eles, a desvalorização do ensino público, o subfinanciamento da educação básica e as contradições inerentes à relação entre capital e trabalho. Paulo Netto (2001, p. 23) reforça que a questão social é fruto das desigualdades estruturais geradas pelo modo de produção capitalista, manifestando-se de forma aguda no cotidiano escolar. “A “questão social” refere-se àquelas manifestações das expressões da desigualdade oriundas da contradição estrutural da sociedade capitalista que interpelam o poder público e desafiam sua capacidade de resposta por meio de políticas sociais”. A partir dessa compreensão crítica da função reprodutora da educação, torna-se reflexivo para essa realidade que se expressa na escola pública brasileira, marcada por contradições que refletem a desigualdade social estrutural.

Desde sua origem, a educação brasileira carrega marcas de exclusão. Durante o período colonial e imperial, o acesso à escola era restrito às elites brancas, sendo negado às crianças negras, indígenas e pobres. Essa lógica excludente foi historicamente reproduzida e, apesar dos avanços legislativos conquistados ao longo do século XX, como a Constituição

Federal (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as desigualdades persistem e se manifestam dentro do espaço escolar.

A escola pública, enquanto política social estatal, materializa as disputas ideológicas entre o projeto de educação pública universal e democrática e os interesses privatistas e meritocráticos. Nesse sentido, ela é um espaço contraditório: “ao mesmo tempo que garante o acesso ao saber formal, também impõe normas, valores e padrões que muitas vezes não dialogam com as realidades sociais dos/as estudantes”. Saviani (2008) aponta que, sem enfrentar as desigualdades estruturais, a escola tende a reproduzir as condições de marginalização e exclusão. “A escola pública, sem uma política que assegure condições de permanência e aprendizagem, tende a confirmar a exclusão daqueles que deveriam ser incluídos.” (SAVIANI, 2008, p. 74).

Outro aspecto marcante da expressão da questão social escolar é a tendência à individualização dos problemas que são coletivos. A ausência de políticas sociais intersetoriais leva à responsabilização das famílias pelos baixos índices de rendimento ou pela indisciplina, desconsiderando as condições estruturais de pobreza, desemprego e vulnerabilidade social em que vivem. A falta de participação efetiva familiar, leva muitas vezes a não solução de problemas menos complexos do cotidiano escolar. Por outro lado, há a dificuldades dos pais em participar das atividades coletivas escolar, devido ao seu cotidiano de trabalho.

Como destaca Kuenzer (2007), essa lógica transfere ao indivíduo a culpa por uma falha que é do sistema. “Ao responsabilizar os indivíduos pelos problemas de desempenho escolar, desconsidera-se a estrutura social e econômica que impede o acesso pleno ao conhecimento.” (KUENZER, 2007, p. 88). Compreender a escola pública como um reflexo das expressões da questão social exige reconhecer sua centralidade na formação da cidadania, mas também suas limitações enquanto espaço contraditório, onde se expressam tanto as políticas de garantia de direitos quanto às omissões e falhas estruturais do Estado.

Diante disso, é imprescindível compreender a escola pública não apenas como um local de ensino formal, mas como um espaço de disputas, vivências e lutas, onde o papel das políticas sociais e dos profissionais que nela atuam é essencial para romper com as lógicas excludentes e promover práticas educativas que contribuam para a emancipação social.

Conforme destacam Ferriz (2016) e Martins (2014), a presença do Serviço Social no ambiente escolar torna-se fundamental diante das demandas sociais complexas que se apresentam nesse espaço contraditório. É nesse espaço que as múltiplas expressões da questão social se manifestam e desafiam os profissionais da educação e do Serviço Social.

2.3 Educação e o Projeto Ético-Político do Serviço Social

É possível dizer que nas últimas décadas, as transformações societárias em curso em nível mundial, engendradas pelo capital, impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem diretamente sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a Política de Educação enquanto direito social (CFESS, 2012, p. 248). Nesse contexto de intensificação das expressões da questão social, o Serviço Social brasileiro tem buscado aprofundar sua inserção nos espaços educacionais com uma perspectiva crítica.

Carvalho e Silva (2005) destacam-se que a aproximação com o meio universitário permitiu à profissão avançar em sua capacidade de análise, intervenção e sistematização do conhecimento sobre a realidade brasileira. Assim, a interlocução teórica e a pesquisa no Serviço Social são ferramentas essenciais para sustentar o trabalho profissional crítica, ética e transformadora, especialmente em espaços complexos como o educacional.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se materializou no Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social (1993) e na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº. 8.662 de 1993). Essas legislações demarcam a defesa da autonomia profissional e o compromisso ético-político desses profissionais com a classe trabalhadora.

Com isso, as aproximações realizadas pelo Serviço Social já nas décadas de 1970 e 1980 com as matrizes teóricas que dialogavam com os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” enquanto categorias fundamentais para a compreensão da realidade, fazem com que, a partir da década de 1990, tais temas sejam aprofundados por meio de um conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideopolíticas alinhadas à tradição marxista (IAMAMOTO, 2008).

Pode-se considerar que o Serviço Social, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, fortaleceu sua base científico-profissional, possibilitando a consolidação de uma cultura crítica no âmbito da profissão e da formação profissional. A articulação entre o processo sócio-histórico e a produção de conhecimento na área favoreceu uma interlocução consistente entre pesquisadores do Serviço Social e estudiosos de diferentes campos das ciências sociais, ampliando os referenciais teórico-metodológicos da profissão (Sposati, 2007).

O acúmulo teórico aprofundou no âmbito da profissão, além de segmentos críticos, um aberto e qualificado debate que convergiu para a construção do projeto profissional. Em outras palavras, este último foi, portanto, resultado da “organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior”. (IAMAMOTO, 2008, p. 224).

Do ponto de vista educacional o Serviço Social brasileiro está vinculado ao projeto ético-político, que se ancora nos valores da liberdade, da justiça social, da equidade; democracia; luta por outra sociabilidade e da emancipação humana, essa perspectiva rompe com a compreensão conservadora da educação e reconhece como uma prática social comprometida com a formação de sujeitos críticos, conscientes e historicamente situados.

Autores como Freire (1987), Gramsci (1978) e Saviani (2008), fundamentam essa abordagem crítica. O primeiro discorre que a educação é uma prática de liberdade, e o ato de educar é necessariamente político. Já Gramsci, por outro lado, compreende a educação como elemento da disputa pela hegemonia e como ferramenta essencial na formação da consciência crítica. Por outro lado, Saviani propõe a pedagogia histórico-crítica como via de superação da educação bancária, privilegiando-se uma prática educativa que parte da realidade concreta e busca sua transformação.

De fato, a inserção do (a) assistente social no contexto educacional exige uma postura que ultrapasse a lógica assistencialista e burocrática. Como afirmam Adriana Férriz (2005), Eliana Bolorino Canteiro Martins (2008) e Ney Luiz Teixeira de Almeida (2000), a intervenção profissional deve ser propositiva, articulada com os movimentos sociais e com os processos coletivos de luta por direitos, em especial o direito à educação. Para Iamamoto (2000), o exercício crítico da profissão está intrinsecamente relacionado à capacidade de produção de conhecimento, de leitura qualificada da realidade e de intervenção comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess, 2012, p. 252), o (a) assistente social “é orientado pela concepção de educação como direito social, que deve ser garantido pelo Estado, promovendo-se a inclusão, o acesso e a permanência com qualidade social”. Assim, esse profissional traz significado crítico de educação e se expressa na defesa de uma escola pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social.

Ao mencionado sobre a qualidade de educação social, o referido conselho sinaliza que não basta somente garantir o acesso formal à educação, mas que é preciso assegurar condições concretas para que esse direito se efetive de forma plena, com respeito à diversidade, promoção da equidade e construção de processos educativos emancipatórios. Dessa forma, o (a) assistente social trabalha como mediador (a) entre sujeitos; políticas públicas sociais e institucionais, contribuindo para a consolidação de uma educação comprometida com a transformação da realidade social.

3 A INSERÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta a inserção histórica e legal do Serviço Social no campo da educação, destacando o processo de construção do exercício profissional neste espaço, traz-se abordagem crítica das legislações relacionadas ao tema, buscando compreender os avanços, limites e desafios presentes na regulamentação e consolidação do trabalho profissional no âmbito escolar.

3.1 A trajetória do Serviço Social na Educação Básica

A luta para inserção do Serviço Social na Política Educacional traçou diversos caminhos e grandes obstáculos, desde a década de 1980³ no Brasil, pois nesse período houve o movimento voltado para a efetivação e para a garantia de direitos da cidadania. Essa trajetória pela inserção do assistente social na educação foi um percurso histórico de luta por direitos, que culminou na aprovação da Lei nº 13.935/2019.

Vale lembrar que o direito à educação e o direito do acesso à escola tem sido garantido na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dentre outras, no sentido da formação humana para o exercício da cidadania.

De acordo com Figueiredo, Yannoulas e Souza, (2022), mesmo antes da CF;

[...] o Serviço Social está presente na Educação desde a sua origem nos anos de 1930, em que pese não ser uma área de destaque para o exercício profissional no desenrolar das décadas, sendo que em momentos posteriores ao Movimento de Reconceitualização houve uma associação entre Serviço Social e Educação mais relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho do assistente social [...]. Urge revisitar a gênese da profissão bem como a produção do Movimento de Reconceitualização para reconsiderarmos que a função pedagógica está na essência da profissão, em que pese o conservadorismo na origem. Destaque para as deliberações do Congresso no Chile, em 1969, onde se deliberou sobre o entendimento do papel do assistente social como um educador social numa perspectiva crítica. (YANNOULAS; SOUZA, 2022, p. 131).

É possível observar nas falas dos autores e ao mesmo tempo, levanta reflexão importante sobre a história do Serviço Social na educação. Isso porque embora a área não

³ Tudo isso se refere ao debate intelectual travado sobre a questão da teoria e metodologia do Serviço Social, no fim da década de 1980, em que se coloca a tendência de trabalhar a função pedagógica do assistente social a partir da categoria gramsciana de intelectual. Esta tendência recebeu uma dura e reducionista crítica, na medida em que tal crítica vinculou essa proposta e com ela a referida categoria, reduzida ao trabalho político diretivo exercido nos espaços do partido político, e assim reforçou esta indicação como um superdimensionamento do cunho político da prática profissional. Para maior detalhamento, veja os Cadernos Abess, São Paulo, Cortez, n. 3, 1989.

tenha sido sempre o foco principal do trabalho profissional ao longo das décadas, a presença do (a) assistente social no campo educacional remonta aos anos 1930.

Os autores sugerem que, após o Movimento de Reconceitualização, a relação entre Serviço Social e educação se tornou mais evidente, focada na formação do profissional e na dimensão educativa do seu trabalho. No entanto, o ponto central do cenário da época é a necessidade de revisitar as origens da profissão para reconhecer que sua função pedagógica é inerente, apesar do seu início conservador.

Fora isso, a menção ao Congresso no Chile, em 1969, é um destaque crucial. Ali, a profissão avançou em uma perspectiva crítica ao deliberar que o assistente social deveria atuar como um educador social. Isso reforça a ideia de que o trabalho do assistente social transcende o assistencialismo e se alinha com a promoção de uma consciência crítica e emancipatória. É um chamado para se compreender a profissão em sua essência transformadora e ao mesmo tempo pedagógica.

Para Abreu, (2016),

As funções pedagógicas — persuasiva e coercitiva — para as quais foram requisitados os assistentes sociais inserem esses profissionais nas formas de organização do consentimento e da adesão das classes subalternas à “nova” ordem do capital, ou seja, vinculam a intervenção profissional ao conjunto de mediações que concretizam a articulação orgânica entre a produção material e a reprodução física e subjetiva da força de trabalho; conectam, portanto, a prática profissional com estratégias e mecanismos sociopolíticos, culturais e institucionais, necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais de sociabilidade e do controle político sobre os subalternizados. (ABREU, 2016, p. 51).

A contribuição do Serviço Social na política educacional no Brasil, a princípio se deu pelo Projeto de Lei nº 3.688/2000 - que prevê a inserção de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na rede pública de Educação Básica. Nesse mesmo ano de 2000, a Assessora Jurídica do Cfess, após reunião da plenária, aprovou-se o Parecer Jurídico n. 23⁴, no qual o assunto foi a implantação do Serviço Social nas Escolas da Rede Pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio, em que fora encaminhado ao legislativo e suas justificativas,

⁴ Nesse sentido caberá ao Serviço Social Escolar desenvolver atividades técnicas profissionais, através de profissionais assistentes sociais habilitados ao exercício da profissão, desempenhando dentre outras as seguintes funções: Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2000, p. 29-30).

para tal implementação.

Anterior a isso, conforme informações do CFESS, (2001, p. 11);

Dado à complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida neste processo, é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que venham aproximar a família do contexto escolar. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas. O processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais. No atual contexto brasileiro o sistema de ensino, além de se mostrar “insuficiente” no que se refere a quantidade de vagas para o atendimento dos alunos, temos também grande desafio da “melhoria” de sua qualidade. [...]. (CFESS, 2001, p. 11).

Na época, a discussão do conjunto CFESS/CRESS, referente a então inserção do Serviço Social na educação e do projeto de Lei, a preocupação era de fato a realidade no contexto social, enfatizando-se que a política educacional permeia não só o processo de ensino aprendido como um todo, assim como, o envolvimento da família junto a escola enquanto instituição de ensino. De acordo com o enunciado, a instituição de ensino é também um espaço que faz parte dos conflitos sociofamiliares. “A atuação do/a assistente social no espaço escolar deve ultrapassar a dimensão assistencial, contribuindo para a construção de estratégias que enfrentem as determinações sociais da exclusão escolar.” (Férriz, 2019, p. 112).

É importante salientar que esses “problemas sociais” antes do Serviço Social na política de educação, já eram latentes e por isso, não é diferente do que se vive na contemporaneidade. Porém, no século XXI, percebe-se que muitas coisas ainda não foram colocadas em prática ou até mesmo não foram “ajustadas” a essa mesma situação. Após oito anos da promulgação da Constituição de 1988, foi publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei nº 9.394/96.

No que concerne aos Projetos de Lei nº 3.688/2000 e nº 837/2007, que propõem a inserção do (a) assistente social no espaço escolar público, o Conselho Federal de Serviço Social na época destacava a relevância da ampliação das equipes profissionais na política educacional:

O debate acerca da inserção de assistentes sociais e psicólogos na política educacional brasileira expressa o reconhecimento da necessidade de ampliação das equipes profissionais na escola pública, visando o fortalecimento da garantia de direitos e a efetivação da função social da educação. (CFESS, 2011, p. 37).

Nessa direção, evidencia-se que a inserção do (as) assistente social no contexto educacional demanda o aprofundamento do debate acerca da prática profissional no espaço escolar, considerando-se as particularidades da política educacional e as expressões da

questão social que incidem sobre o processo de escolarização, especialmente no que se refere à garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), incluindo o acesso à cultura e à proteção integral.

Assim, a ampliação das equipes multiprofissionais na educação pública não se restringe ao reconhecimento formal da necessidade institucional, mas aponta para a consolidação de práticas interdisciplinares voltadas à efetivação de direitos e ao enfrentamento das desigualdades que atravessam o cotidiano escolar.

O Estado foi levado a *“tirar a Constituição do papel”* e criar leis e diretrizes em relação à educação e que estivessem de acordo e em consonância com a nova realidade vivida pelo país. Além disso, aplicou outras diretrizes, objetivos e metas que apontam no sentido de que as expressões da questão social estão totalmente interligadas com a Educação, comprovando-se que há espaço de trabalho para equipes multiprofissionais.

É importante lembrar que o Serviço Social brasileiro passou, ainda na década de 1990, por um processo de fortalecimento de base teórica e metodológica, com ênfase na construção de uma cultura profissional crítica comprometida para o desvelamento da realidade social. Esse processo foi impulsionado pela articulação entre pesquisadores (as), nas Instituições de Ensino Superior - (IES), entidades representativas como a Abepss; Cfess, e agências de fomento à pesquisa.

Em vista disso, o Serviço Social teve grande contribuição histórica para alavancar a política educacional no Brasil. Por exemplo, no que cerne aos desafios que se apresentam para a elevação do rendimento escolar dos alunos, na efetivação da escola como um espaço de inclusão social e na contribuição para a formação cidadã de crianças e jovens, e por isso, sua participação nesse “novo” espaço de trabalho, se sustenta concretamente, sobretudo, ancorados pelos dispositivos legais oferecidos pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Diante de todas as discussões apresentadas até o momento, faz-se necessário explicitar que o conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pois expõe claramente a necessidade de a escola atuar na vida dos alunos com o objetivo de torná-los capazes de exercer sua postura crítica e de transformação do mundo e ter assegurados seus direitos. Assim, a partir desse momento, realizaremos uma reflexão acerca do Serviço Social no Brasil e de como a presença do Assistente Social na escola pode complementar o trabalho dos demais profissionais da educação.

Cumprir dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Art. 2º, determina que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Vista disso, o Art. 3º apresenta os princípios que regem o ensino, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização da experiência extraescolar, a gestão democrática e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A cidadania constitui-se historicamente como resultado de lutas sociais pela ampliação de direitos civis, políticos e sociais. No contexto das sociedades modernas, a partir do século XX, a educação passa a ser reconhecida como um direito social fundamental e um elemento indispensável para o exercício da cidadania. Conforme aponta Marshall (1967), a cidadania plena pressupõe o acesso a direitos que garantam condições mínimas de participação na vida social, política e econômica.

Nesse entendimento, a educação ocupa lugar central, pois possibilita o acesso ao conhecimento, à cultura e às condições necessárias para a participação crítica na sociedade. No campo das políticas públicas, a garantia do direito à educação representa um instrumento essencial para a construção da cidadania, uma vez que contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade social na defesa de seus direitos.

Entretanto, a relação entre educação e cidadania precisa ser analisada à luz das contradições presentes na sociedade capitalista. Embora a educação seja reconhecida como um direito social e como um instrumento de formação cidadã, o acesso e a permanência na escola são atravessados por profundas desigualdades sociais, como descrito anteriormente. Tais dispositivos evidenciam que a ação escolar deve ultrapassar os limites do conteúdo pedagógico, exigindo-se uma abordagem técnica-operativa que compreenda a totalidade da vida dos alunos e seus grupos familiares.

Assim, o (a) assistente social ao intervir nas diversas situações de vulnerabilidades sociais no âmbito educacional que afetam o rendimento escolar, contribui efetivamente para a promoção da equidade, da inclusão social e da formação crítica dos sujeitos. Em vista disso, a inserção do Serviço Social na área da educação tem se intensificado nas últimas décadas, com o reconhecimento do espaço escolar como um importante campo socioeducativo. O trabalho do (a) assistente social nas escolas não se limita ao atendimento pontual das demandas individuais, mas, inclui a elaboração de projetos coletivos, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sempre em articulação com a rede de proteção social, entre outros fazeres privativos da profissão.

Segundo Iamamoto (2000) reforça que o (a) assistente social deve ser propositivo (a), e não apenas reproduzidor(a) de técnicas ou normas institucionais. O exercício crítico da profissão exige constante produção de conhecimento sobre a realidade social, de forma a fundamentar ações que estejam alinhadas ao projeto ético-político da profissão. Iamamoto sublinha um ponto fundamental para o trabalho profissional do (a) assistente social: “[...] a necessidade de ir além da mera execução de tarefas, desafia o assistente social a não ser apenas um reproduzidor de normas ou técnicas, mas sim um agente propositivo e crítico”.

Essa produção de conhecimento não é um fim em si mesma, mas serve como base para ações que sejam coerentes com o projeto ético-político profissional. Em outras palavras, o (a) assistente social não deve apenas seguir protocolos institucionais, mas ter reflexão crítica sobre o contexto em que trabalha para desenvolver intervenções que de fato, promovam a transformação social dos atendidos.

Nesse sentido, a produção de conhecimento no Serviço Social não visa apenas à legitimação acadêmica, mas a construção de estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais. Trata-se de um conhecimento comprometido com a classe trabalhadora e com a luta pela garantia dos direitos sociais, inclusive no campo educacional.

Desse modo, Gomes (2010, p. 6) toma o profissional de Serviço Social não como um “*messias*”, mas “como um profissional de formação crítica, competente do ponto de vista teórico-interventivo e ético-político”. Profissional que pode e deve buscar conjuntamente como os atores envolvidos no espaço educacional a construção de uma “contra hegemonia”, uma vez que a garantia dos direitos e a defesa da cidadania, foram incapazes de superar as desigualdades sociais.

Menezes Santos (2010, p. 1), reflete sobre a importância do Serviço Social no campo educacional enquanto política pública, apresenta-se o debate atual da profissão na área e aponta os “novos paradigmas que norteiam” o exercício profissional dos (as) assistentes sociais. A visão de Menezes Santos (2010), que postula o campo educacional como um espaço de reintegração e promoção de direitos para sujeitos excluídos, representando-se a educação como o cerne do desenvolvimento social e o (a) assistente social como um agente para o cumprimento da função social da escola, confronta-se com a dura realidade estatística, como por exemplo a evasão escolar.

Por vezes, é possível afirmar que existem índices de crianças e adolescentes com dificuldades de acesso e de permanência escolar, somados aos frequentes relatos de *bullying*, que tensionam essa afirmação, exigindo uma intervenção sobre os fatores (de evasão) que impedem a concretização desse potencial na educação. Lara (2007) reforça o papel do (a)

assistente social como articulador entre escola, família e comunidade, reconhecendo sua qualificação técnica para lidar com as expressões da questão social presentes no ambiente escolar. O trabalho profissional neste espaço, exige uma compreensão ampla das políticas sociais e das demandas sociais emergentes, além de sensibilidade para desenvolver práticas preventivas e propositivas.

Iamamoto (2008) aponta que o (a) assistente social ao atuar na educação, deve manter o compromisso ético-político com os princípios de justiça social, igualdade e democracia. Isso implica superar práticas assistencialistas e construir intervenções comprometidas com a transformação da realidade social. A autora enfatiza que o exercício profissional deve ser guiado por um compromisso ético-político voltado para a justiça social, a igualdade e a democracia. Isso significa que o (a) assistente social não deve apenas resolver “expressões conservadoras”, mas sim, criar intervenções que busquem transformar a realidade social de forma mais profunda. Em outras palavras, o trabalho na educação deve estar alinhado com a luta por uma sociedade mais justa, e não se limitar a ações pontuais “*de ajuda*”, como por vezes vista do senso comum.

Assim, a assiduidade do (a) assistente social nas escolas de ensino fundamental é crucial para assegurar o direito à educação com equidade. Para a autora, o (a) assistente social pode contribuir para a efetivação do processo educativo, trabalhando tanto, nas relações externas com a família e comunidade, quanto nas relações internas próprias do espaço educativo. Porém, observa-se que para que essas práticas tenham sucesso na educação escolarizada é necessário que os (as) profissionais se posicionem de forma crítica e participem de outras “dimensões do processo educacional”.

A educação para Menezes Santos (2010, p. 2), “[...] instrumentaliza o ser humano culturalmente”; é o “cerne do desenvolvimento social”. De forma crítica, pode-se afirmar que essa visão amplia a compreensão do papel da educação, mostrando que ela deve contribuir para a redução das desigualdades sociais. No entanto, para que isso realmente aconteça, é necessário que as políticas públicas existentes sejam eficazes, com maiores investimentos e práticas educativas comprometidas com a inclusão. Caso contrário, o exercício da equipe pedagógica escolar corre o risco de não cumprir plenamente esse papel a nível escolar e social. Porém, pode continuar reproduzindo apenas aquilo que muitas das vezes são previstas nos planos de ensino pedagógicos anuais, fazendo-se o “*copia e cola*”, no sentido de cumprir normativas; protocolos e prazos institucionais a nível federal e local.

A afirmação de que determinado elemento “instrumentaliza o ser humano culturalmente”, indica que ele funciona como um meio pelo qual o indivíduo adquire

conhecimentos, valores e formas de interpretar o mundo. Destarte, ao ser considerado o “cerne do desenvolvimento social”, reconhece-se que ele desempenha um papel fundamental na construção das relações sociais e na evolução das sociedades.

Entretanto, é importante questionar até que ponto esse processo ocorre de forma neutra. Muitas vezes, os instrumentos culturais também podem reproduzir desigualdades, valores dominantes e estruturas de poder. Assim, embora seja essencial para o desenvolvimento social, esse processo precisa ser analisado criticamente, considerando quem define os conteúdos culturais transmitidos e quais interesses podem estar envolvidos.

A autora afirma que os profissionais da área da educação “não possuem conhecimentos teóricos metodológicos” que lhes permitam minimizar as questões que comprometem a educação. Por essa razão acredita-se que se deve buscar “auxílio em outras áreas do conhecimento”, ou seja, a educação é mais do que apenas adquirir conhecimento; ela é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento cultural e social.

Como instituição, a escola deve garantir que as pessoas tenham acesso aos seus direitos sociais. A educação formal tem a importante função de ampliar o acesso e a participação social de sujeitos historicamente excluídos, oferecendo-lhes oportunidades de participação e incentivando a luta pela universalidade de direitos e pelo fortalecimento da cidadania.

O exercício profissional do (a) assistente social nas escolas está inserido em um campo de tensões que expressa de maneira evidente, as contradições da sociedade capitalista. As escolas públicas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, assumem demandas que extrapolam o campo educacional e revelam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, comprometida com a totalidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Contudo, a consolidação do trabalho profissional do (a) assistente social nesse espaço ainda, encontra diversos desafios, entre eles: a efetivação total das políticas municipais que regulamentam a inserção desses profissionais na Rede de Ensino Fundamental; a precarização dos vínculos de trabalho; a incompreensão sobre o setor do Serviço Social e o papel do (a) assistente social; e a sobrecarga de demandas que dificultam o planejamento de ações coletivas e preventivas.

A perspectiva crítica do Serviço Social, fundamentada no materialismo histórico-dialético, oferece subsídios teóricos e metodológicos para compreender essas contradições e atuar de forma propositiva. Conforme Paulo Netto (2005), o projeto ético-político da profissão orienta o trabalho profissional no sentido da emancipação humana, da defesa de

direitos e da construção de uma sociabilidade mais justa.

Para além dos limites institucionais, o exercício profissional pode contribuir para a transformação da realidade escolar, desde que esteja articulada a uma concepção crítica de educação, como defendida por autores como Paulo Freire (1996), Saviani (2008) e Paulo Netto (1992), que concebem a educação como prática social, dialógica e transformadora.

Assim, no âmbito das escolas de ensino fundamental, a consolidação do trabalho do (a) assistente social depende do fortalecimento das articulações entre universidades, gestão pública, conselhos profissionais e movimentos sociais, em consonância com a efetivação da Lei nº 13.935/2019. À luz das evidências bibliográficas e documentais analisadas, tal consolidação se vincula à afirmação da educação como direito social e à ampliação de práticas intersetoriais comprometidas com a garantia de direitos e com a justiça social no contexto do Tocantins.

No que se refere ao ensino fundamental, compreendido como uma etapa essencial do desenvolvimento infantojuvenil, Santos, Barbosa e Freire (2025, p. 12) consideram primordial que o processo de letramento seja realizado de forma qualificada e efetiva, respeitando-se as particularidades educacionais de cada indivíduo.

Sob a perspectiva do letramento autônomo, que enxerga a alfabetização como uma habilidade técnica independente do contexto social, as dificuldades de leitura enfrentadas por aqueles excluídos da escola revelam uma lacuna nas habilidades fundamentais necessárias para a participação plena na sociedade letrada. Essas pessoas muitas vezes enfrentam barreiras significativas para acessar e interpretar informações escritas, o que limita sua capacidade de engajamento cívico, acesso a oportunidades econômicas e desenvolvimento pessoal. (SANTOS; BARBOSA; FREIRE, 2025, p. 12).

Segundo os autores, a ausência desse processo pode comprometer significativamente o desenvolvimento do sujeito em uma sociedade estruturada pela alfabetização e pelo acesso ao conhecimento. Os autores do ponto de vista crítico evidenciam que a compreensão das dificuldades de leitura e escrita não pode ser reduzida a um problema técnico ou individual, desvinculado das determinações sociais mais amplas. Essa perspectiva desconsidera que as barreiras de acesso e permanência na educação são historicamente produzidas e socialmente determinadas, relacionadas a desigualdades estruturais, como a pobreza, a insuficiência de políticas públicas e as limitações de acesso a bens culturais.

Nessa direção, conforme argumenta Paulo Freire (1987), o processo educativo deve ser compreendido em sua relação com a realidade social concreta, uma vez que a educação está imersa nas relações sociais e políticas que a constituem. Assim, as dificuldades de

aprendizagem expressam, em muitos casos, manifestações de desigualdades sociais que limitam a participação plena dos sujeitos na vida social e no acesso a direitos.

No âmbito do Serviço Social, a compreensão da profissão em sua dimensão histórica e social exige a análise das determinações do modo de produção capitalista, de suas contradições e de seus impactos sobre as políticas sociais e a vida dos sujeitos. Conforme assinala Iamamoto, o exercício profissional demanda a apreensão crítica das bases materiais e ideológicas, que sustentam a sociabilidade capitalista e suas expressões na questão social (IAMAMOTO, 2009).

Com efeito, compreender a profissão na contemporaneidade implica analisar as mediações entre o Estado e as políticas públicas sociais, reconhecendo-se que as expressões da questão social, entre elas as dificuldades de acesso à educação, são produzidas no interior das relações sociais capitalistas. De modo complementar, José Paulo Netto destaca que a intervenção profissional requer a compreensão das contradições sociais que estruturam a sociedade capitalista, condição indispensável para a construção de respostas profissionais comprometidas com a ampliação de direitos e a transformação social (PAULO NETTO, 2011).

A realidade atendida (o), sobretudo quando se configuram vulnerabilidades escolares emergidas das relações sociais da sociabilidade burguesa, exige a materialização da conhecida reflexão de Iamamoto (2020), acerca do exercício profissional crítico e ativo. Quando o (a) assistente social ultrapassa o trabalho meramente operacional e assume um papel estratégico, ao interpretar a realidade de forma qualificada, tornando-se capaz de formular intervenções criativas e comprometidas com a garantia de direitos frente às demandas contemporâneas. Ou seja, evidencia-se, assim, uma dimensão central do trabalho profissional, que é a apreensão da realidade pelos sujeitos no contexto de suas relações sociais.

Em decorrência, ainda que se reconheçam as singularidades e particularidades presentes nas famílias, suas vivências estão diretamente relacionadas às expressões da questão social, produzidas no interior de um mesmo sistema, o capitalista. Embora a compreensão das especificidades dos indivíduos e de seus contextos sejam necessárias para a intervenção profissional, é fundamental evitar a redução dessa compreensão à ideia de que *“cada caso é um caso”*, pois, tal perspectiva conservadora pode comprometer a construção de mediações críticas.

Nesse contexto, os profissionais devem estar atentos a processos de produção de conhecimento que atendem exclusivamente aos interesses das classes dominantes. Devem se

guiar em direção oposta, construir conhecimentos comprometidos com a classe trabalhadora e se empenhar para que estes possam ser acessados por ela.

Ressalta-se que dentro desse contexto, documentos produzidos por entidades da categoria, como o Conjunto CFESS/CRESS, e diretrizes de ações elaboradas em Seminários e Fóruns, apontam quatro eixos centrais que norteiam a intervenção do (as) assistente social na educação:

Acesso à educação – Atuação na garantia do direito de ingresso à escola, enfrentando barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam o acesso de crianças, adolescentes e jovens à educação básica. Permanência – Desenvolvimento de ações que visem à permanência dos/as estudantes na escola, com atenção especial às situações de vulnerabilidade social, violação de direitos, abandono e evasão escolar. Processos democráticos – Fomento à gestão democrática, participação da comunidade escolar e fortalecimento dos espaços de diálogo e controle social, contribuindo para uma escola mais participativa e cidadã. Equidade – Promoção de ações que reconheçam as desigualdades estruturais (de classe, raça, gênero, deficiência, etc.) e busquem superá-las por meio de práticas educativas inclusivas e sensíveis às diferenças (CFESS, 2013; CFESS, 2016).

A partir desses eixos, o (a) assistente social na educação básica, trabalha não apenas de forma reativa às demandas, mas como agente propositivo e articulador de políticas públicas que visem transformar o espaço escolar em um território de garantia de direitos. A trajetória da profissão nesse campo, portanto, é marcada por um movimento de construção coletiva de um novo fazer profissional, comprometido (a) com a justiça social, com a democratização do acesso ao conhecimento e com a efetivação dos direitos humanos.

Nesse cenário, a inserção do (as) assistente social no ambiente escolar contribui para a construção de uma cultura de direitos e para o fortalecimento de processos educativos críticos, comprometidos com a emancipação dos sujeitos. Para Martins (2012), o trabalho do (a) assistente social no espaço escolar se materializa na promoção de ações que favorecem o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, reconhecendo-se a educação como espaço de disputa de projetos societários e reafirmando-se o compromisso ético-político do Serviço Social com a democratização da educação.

3.2 A Lei nº 13.935/2019 - inserção e legitimidade do Serviço Social na Educação

A importância da Lei nº 13.935/2019, apesar de sua brevidade, reside no fato de constituir um marco para a institucionalização do Serviço Social na educação, ao oferecer o respaldo legal necessário para a contratação de assistentes sociais nas redes públicas de ensino fundamental. Com sua aprovação, supera-se o recorrente argumento de inexistência de base normativa para a inserção desses profissionais nas escolas, fortalecendo a presença da

profissão no campo educacional e reconhecendo a dimensão social do processo educativo (CFESS, 2020).

A escola enquanto instituição, reconhece que a política educacional é atravessada por determinações sociais, econômicas e culturais que incidem diretamente nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, em especial no Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a inserção do (a) assistente social na educação básica pública amplia a capacidade de resposta das instituições escolares às expressões da questão social, contribuindo-se para a efetivação do direito à educação em sua dimensão social e coletiva (IAMAMOTO, 2015). Destaca-se, a relevância dos documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social, como a Lei (n. 8.662/1993) que regulamenta a profissão, os quais oferecem fundamentos teórico-normativos para o exercício profissional e orientam a intervenção do (a) assistente social na educação a partir de eixos que abrangem o acesso à educação, a permanência escolar, o fortalecimento dos processos democráticos e a promoção da equidade no espaço escolar (CFESS, 2013).

O exercício profissional, nesse campo, possui caráter socioeducativo e interventivo, articulando ações de natureza pedagógica, social e institucional. Não se limita ao atendimento de demandas individuais, mas se configura como prática crítica voltada à mediação das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano escolar, considerando as condições concretas de vida dos sujeitos e as determinações sociais que influenciam o processo de escolarização (ALMEIDA, 2013; MARTINS, 2012).

A constituição de equipes multiprofissionais, prevista na Lei nº 13.935/2019, evidencia a compreensão de que as demandas educacionais não podem ser explicadas exclusivamente por fatores pedagógicos, exigindo abordagens interdisciplinares que considerem a totalidade das condições sociais dos estudantes e reafirmam o compromisso profissional com a defesa dos direitos sociais (CFESS, 2013).

A consolidação desse campo do fazer profissional resulta de um processo histórico de mobilização da categoria profissional e expressa a dimensão política do Serviço Social na construção de políticas públicas e na ampliação de espaços sócio-ocupacionais (IAMAMOTO, 2015). Contudo, a efetivação da Lei nº 13.935/2019 permanece condicionada à regulamentação nos sistemas de ensino e à garantia de condições adequadas de trabalho, o que evidencia que sua implementação ocorre de forma desigual nos diferentes contextos federativos (CFESS, 2020).

Desse modo, a lei não apenas legitima a inserção do (a) assistente social na educação, mas, reafirma a centralidade da intervenção profissional no enfrentamento das desigualdades

sociais que incidem sobre o acesso, a permanência e o processo de escolarização, contribuindo para a construção de práticas educacionais comprometidas com a democratização da educação pública e com a ampliação de direitos sociais (IAMAMOTO, 2015; ALMEIDA, 2013).

É interessante refletir que a promulgação da referida Lei, esta, representou um avanço significativo para o reconhecimento da importância do trabalho interdisciplinar na política educacional brasileira de forma geral. Isso porque, a legislação estabeleceu a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica. Contudo, apesar de seu caráter inovador, a efetivação da lei ainda apresenta limites e desafios que precisam ser analisados de forma crítica.

Um dos exemplos claro disso, se refere às atribuições do (a) assistente social na educação, a lei reconhece a importância do exercício profissional no fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade, na mediação de direitos e na articulação com as demais políticas públicas. Entretanto, a mesma legislação não detalha de forma aprofundada as atribuições específicas no cotidiano escolar, o que muitas vezes gera interpretações restritivas ou distorcidas por parte das gestões educacionais. Em alguns contextos, observa-se a tentativa de reduzir o trabalho do (a) assistente social a práticas pontuais e assistencialistas, desconsiderando a dimensão crítica e interventiva da profissão, bem como seu compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com a defesa dos direitos sociais, como já foi falado anteriormente.

É importante deixar registrado sobre as principais legislações sociais na política educacional, pois são estas que norteiam o fazer profissional do (a) assistente social em seus espaços de trabalho. Conforme Almeida (2024), na rede básica, o profissional faz uso dessas importantes legislações em seu cotidiano de trabalho:

Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares;
 Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 Lei Nº 10.845, De 5 de março de 2004 – Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência;
 Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;
 Portaria Nº – 389, de 9 de maio de 2013 – Cria o Programa de Bolsa Permanência. (ALMEIDA, 2024, p. 84).

Certamente, as legislações sobre o assunto, dão embasamento pertinente para o (a) assistente social nessa esfera. Assim, outro ponto que merece atenção diz respeito às formas de contratação desses profissionais na rede. Embora a lei determine a inserção da categoria

profissional (equipe multidisciplinar) públicas de ensino, ela não estabelece mecanismos claros de obrigatoriedade para os entes federativos, quanto à criação de cargos efetivos. Como resultado, muitos municípios e estados têm optado por contratações temporárias, terceirizações ou vínculos precários, o que fragiliza a consolidação do trabalho profissional nas escolas. Essa realidade evidencia uma contradição entre o avanço normativo representado pela lei e as práticas administrativas adotadas em diferentes contextos locais, que muitas vezes não garantem condições adequadas para o exercício profissional.

Além disso, a jornada de trabalho dos (as) assistentes sociais na política educacional também se apresenta como um ponto de debate. Em diversos municípios, não há uma regulamentação clara sobre carga horária, número de profissionais por unidade escolar ou definição de equipes multiprofissionais estruturadas. Essa ausência de parâmetros pode resultar em sobrecarga de trabalho, ação fragmentada e dificuldades para o desenvolvimento de ações preventivas e coletivas no ambiente escolar. Desse modo, o trabalho acaba sendo limitado a demandas emergenciais, o que compromete a efetividade das ações profissionais e até mesmo a possibilidade de adoecimento destes, o qual foram recentemente lotados nesta política, por exemplo.

Diante disso, torna-se evidente que, embora a Lei nº 13.935/2019 represente um marco legal importante para o Serviço Social na educação básica, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à regulamentação, à criação de cargos efetivos, às condições de trabalho e à definição mais clara das atribuições profissionais. Assim, a consolidação dessa política depende não apenas da existência da legislação, mas também do compromisso dos gestores públicos com a valorização das referidas equipes multidisciplinares e com a garantia de condições adequadas para sua efetivação nas redes públicas de ensino.

3.3 O (a) Assistente Social e a rede de proteção social na educação

Sabe-se que o exercício profissional do (as) Assistente Social na política educacional é fundamental para promover uma educação que considere as diversas dimensões da vida dos (as) estudantes. Acontece que no ambiente escolar, além de espaço de ensino e aprendizagem, também se identifica situações de vários tipos de vulnerabilidades sociais, cabendo ao assistente social intervir na relação entre a comunidade escolar e os serviços socioassistenciais.

Assim, o trabalho profissional nesse sentido, contribui para a garantia de direitos, do enfrentamento das desigualdades sociais e a construção de um ambiente escolar mais

inclusivo. O (a) assistente social assume papel estratégico entre a escola, as famílias e a rede de proteção social, fortalecendo com isso a articulação intersetorial.

A Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS), nº 8.742/1993, destaca-se como uma conquista e representa um marco fundamental na luta por direitos sociais, pois, a assistência social se tornou um direito social exigível. Com isso, ela é oficialmente ratificada como parte da proteção social, ou seja, se estabelece como um direito positivo garantido por lei.

Com a articulação da rede de proteção social no contexto escolar, é possível atender os (as) usuários das políticas públicas, especialmente aqueles (as) que mais precisam delas. Oportunizar a proteção social escolar, vai muito além de garantir por exemplo que uma criança ou adolescente sofra violência doméstica e familiar. Trata-se de articulação estratégica em consonância com os aparatos nas esferas públicas, privadas e demais órgãos que atuam na prevenção, promoção e proteção social de famílias e alunos (as), matriculados em escolas de nível fundamental, entre outras. “[...] É importante destacar, que a ideia da família, enquanto um espaço privilegiado de afeto, proteção e felicidade começa a ser desnaturalizada [...], o âmbito familiar passa a ser observado como um espaço marcado por conflitos, tensões e até mesmo abusos”. (MIOTO, 1997, *apud*, GROSS, 2021, p.78).

Nessa perspectiva, a articulação com serviços vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), possibilita o encaminhamento e o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, (ou não), bem como o acesso a programas sociais e benefícios socioassistenciais.

De acordo com Barbosa, (2016), a articulação em rede;

A articulação em rede se dá de diversas formas e por diversos casos específicos no contexto socioeducacional. Em relação a articulação, na atuação profissional no campo da educação, são inúmeras as possibilidades de intervenção do Assistente Social e não se esgotam por aqui, como por exemplo, em estabelecer a articulação da instituição escola em relação ao espaço social em que está inserida sendo articulador do conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social, tendo como finalidade instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade. Isso principalmente com relação à escola pública que assumiu importante papel no contexto da classe trabalhadora, este processo tem mostrado a necessidade de desenvolvimento de uma ação em conjunto com as outras formas de organização existentes na comunidade, como conselhos comunitários, organizações não governamentais e outros. A contribuição do Serviço Social poderá ser muito significativa, pois seu trabalho se caracteriza em articular estas diferentes formas de organização e ter sempre presente uma leitura/diagnóstico do contexto social levantando suas dificuldades ou necessidades, assim o Serviço Social poderá trazer para o espaço interno da escola elementos da comunidade em que esta esteja inserida. (BARBOSA, 2016, p. 27-28).

O autor deixa claro que a articulação em rede é uma ferramenta do (a) assistente social

muito importante no ambiente escolar. Pois, vai muito além dos limites da escola, faz-se conexão ativa com os espaços sociais disponíveis nessa esfera. Uma das principais funções dos (as) profissionais enquanto assistentes sociais é dialogar com os (as) usuários, para que estes (as) tenham a compreensão e intervenham em sua própria realidade. Isso se torna ainda mais crucial nas escolas públicas.

Do mesmo modo, a interlocução com a política de saúde, por meio das Unidades Básicas de Saúde e das equipes da Estratégia Saúde da Família, contribui para o atendimento de demandas relacionadas à saúde física e mental de estudantes e suas famílias. Destaca-se, ainda, o papel do Conselho Tutelar, responsável por zelar pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA). (BRASIL, 1990).

Dito isso, o profissional deve ser pautado na colaboração com outras organizações comunitárias, tais como: Organizações não Governamentais - ONG; Conselhos Educacionais e outras. Mas, sempre no intuito de articular entre os mais diferentes grupos, a fim de fortalecer as questões e ou conflitos sociais existentes nas escolas, bem como, com a realidade da comunidade e demais instituições nas comunidades. Conforme, Férriz e Barbosa, 2019).

[...]. Esta articulação possibilita atender os/as usuários/as considerando-os/as em sua totalidade, desenvolvendo ações enquanto respostas profissionais que vão na direção de intervir nas muitas demandas apresentadas pelos/as sujeitos/as à escola, por conseguinte, aos/às profissionais que ali trabalham e devem acolher as demandas e os/os sujeitos/as. (FÉRRIZ, BARBOSA, 2019, p. 237).

De acordo com a citação, demonstra-se a importância da articulação entre profissionais para atender os (as) usuários (as) de forma integral, considerando-se suas múltiplas demandas. Ressalta que a escola é também espaço de acolhimento e intervenção social, bem como o trabalho do (a) assistente social na articulação dessas demandas, com foco na garantia de direitos dos sujeitos. Conforme assinala Almeida (2011), a inserção do Serviço Social na política educacional demanda a construção de estratégias de intervenção articuladas com outras políticas públicas, considerando que “as expressões das questões sociais”, atravessam o cotidiano escolar e não podem ser enfrentadas de forma isolada pela instituição educativa.

O quadro a seguir apresenta de forma sintética algumas das principais articulações estabelecidas entre a escola e os serviços da rede de proteção social.

Quadro 1 – Serviço Social e a Rede de Proteção Social no contexto escolar

Política / Instituição	Equipamentos e Serviços	Possibilidades de articulação com a escola
Educação	Escola, Secretaria Municipal de Educação, equipes pedagógicas	Acompanhamento da vida escolar dos estudantes, enfrentamento da evasão, promoção da participação da família e fortalecimento da gestão democrática.
Assistência Social (SUAS)	CRAS, CREAS, programas socioassistenciais, benefícios eventuais e programas de transferência de renda.	Encaminhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, acesso a benefícios e acompanhamento sociofamiliar.
Saúde (SUS)	Unidades Básicas de Saúde, Estratégia Saúde da Família, CAPS; ONG e demais serviços de saúde.	Atendimento de demandas relacionadas à saúde física e mental de estudantes e familiares, ações de prevenção e promoção da saúde.
Sistema de Garantia de Direitos	Unidades Básicas de Saúde, Estratégia Saúde da Família, CAPS e demais serviços de saúde	Proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situações de violação de direitos.
Sociedade Civil	ONG, Associações Comunitárias, conselhos de Educação e conselhos de direitos, movimentos sociais e o Conselho Tutelar.	Desenvolvimento de projetos sociais, atividades comunitárias e fortalecimento da participação social.

Fonte: Elaboração própria com base em CFESS (2013), Barbosa (2016) e legislação do SUAS e do ECA.

É importante mencionar que a atribuição e a integração com essa rede proteção social, fortalece o trabalho profissional no ambiente escolar, possibilitando ao assistente social desenvolver ações intersetoriais voltadas à garantia de direitos, ao encaminhamento das demandas sociais e à promoção de melhores condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes na escola.

4 O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS – TO

Este último capítulo apresenta as análises do trabalho, bem como os resultados dos dados obtidos ao longo da pesquisa, em conformidade com o percurso metodológico proposto e mencionado na introdução deste trabalho. Para tanto, considerou-se relevante apresentar a contextualização histórica da emancipação do município de Palmas – TO, até a efetivação da política educacional no Estado do Tocantins e em Palmas, a fim de situar o leitor quanto ao cenário em que a pesquisa se insere.

4.1 Da emancipação do município de Palmas – TO, até a Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Antes de adentrar sobre a Política de Educação no município de Palmas, faz-se necessário aprofundar um pouco sobre a criação da cidade e da divisão do Estado. A capital Palmas, fundada em 20 de maio de 1989, é a capital do estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988 após a divisão do norte de Goiás. Sua origem foi estratégica, sendo planejada para abrigar o novo governo do estado e destacando-se como uma das capitais mais jovens do Brasil. Com um projeto urbanístico moderno, Palmas cresceu rapidamente, atraindo pessoas de várias regiões do país.

O município possui uma população de 336.700 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2026. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada é de 328.499 pessoas. (2025), o que indica um crescimento populacional contínuo no período (IBGE; 2025; 2026).

A cidade foi criada para ser o centro administrativo do recém-separado norte goiano. Para Soares e Barreira (2018, p. 17). A fundação de Palmas foi um projeto estratégico que a transformou em uma capital moderna e planejada, com um papel importante no cenário nacional;

A capital do Estado do Tocantins, Palmas, representa um modelo de metropolização planejada, por ter sido criada em 1989, com intuito de abrigar o aparelho administrativo do referido Estado, que foi instituído por meio da Constituição Federal de 1988, com a separação do extremo Norte Goiano, hoje Tocantins, do então sul de Goiás. Atualmente, Palmas apresenta-se como a mais nova capital planejada do país e vem atraindo um grande índice populacional de quase todas as regiões do Brasil. Também conta com uma posição geográfica favorável, por estar localizada no Planalto Central Brasileiro e permitir uma maior integração com os demais estados da Federação. (SOARES; BARREIRA, 2018, p. 17).

Apesar de seu desenvolvimento acelerado, Palmas expressa, de forma concreta,

diversas manifestações da questão social, como desigualdade de renda, desemprego, precarização dos serviços públicos e dificuldades de acesso a direitos básicos por parte de parcelas da população. Essas contradições impactam diretamente o cotidiano das instituições educacionais e dos/as profissionais que atuam nesse campo.

Ainda sobre o processo histórico da emancipação da cidade de Palmas - TO⁵, sabe-se que houve muitos embates políticos, para a divisão do norte do Goiás⁶. Foram observados todo o espaço hidrográfico, geográfico, divisão política, no que se refere a administração regional do Goiás com o então Tocantins. Cabe mencionar que o estado do Tocantins é o estado mais novo do Brasil, criado em 1988 pelo desmembramento do norte de Goiás. O Estado do Tocantins fica localizado no Centro Geodésico do país, fica na Região Norte do país, fazendo divisa com Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Conforme imagem abaixo.

Figura 1. Mapa do Brasil, com destaque em cor laranja, sendo o Estado do Tocantins.



Fonte: Matéria: sete motivos para explorar o Tocantins. Disponível em: <https://casalnaestrada.com.br/estado-tocantins-7-motivos-para-conhecer/>

⁵ Quando o Estado do Tocantins foi criado, havia apenas 60 municípios. A seguir ainda pelo Goiás, foram criados mais 19 novos municípios, dois dos quais, Aliança do Tocantins e São Valério da Natividade. Foram instalados a 1º de janeiro de 1989. Os demais 17 novos municípios tiveram suas eleições municipais realizadas a 16 de abril e foram instalados a 1º de junho deste mesmo ano, com a posse dos primeiros prefeitos e vices e as respectivas Câmaras de Vereadores. Até 1º de janeiro de 1990, o Estado do Tocantins contava com 80 municípios. Com a fusão de Taquarussu do Porto com Palmas. Município criado pela Constituinte Estadual, reduziu-se para 70 o número de municípios no Estado. (SILVA, 1990, p. 5-6).

⁶ A partir disto, consideramos que o único município genuinamente tocantinense é Palmas, capital, que foi construída (literalmente erguida) após 1989; os demais municípios ou foram criados ainda no tempo de Goiás (Paraíso, Miranorte, Miracema, Araguaína, entre outros) ou eram distritos de municípios goianos e foram emancipados após 1989 (Araguanã, Mateiros, Pugmil, Talismã, entre outros). (RODRIGUES E SANTOS, 2015, p. 4).

De acordo com Silva (1990, p. 285-286);

Antes mesmo de serem divulgados, oficialmente, os resultados eleitorais, o idealizador e criador do Estado do Tocantins, de posse do mapa do Estado e de estudos outros de várias regiões, relacionados com os aspectos sociais, políticos, econômicos, geográficos e hidrográficos, passou a fazer frequentes visitas aos gabinetes de Brasília, fazendo-o com o propósito de obter com mais celeridade a decisão quanto à escolha do local para a escolha da Capital Provisória do recém-criado Estado, decisão de exclusiva competência de S. Excia. o Presidente da República. Afastada, desde logo, a hipótese da escolha das cidades como Araguaína, Gurupi ou Porto Nacional, em face de pareceres contrários da área de segurança, decorridos cerca de 10 dias de indecisões, deixou o Presidente Sarney a decisão quanto à escolha da Capital Provisória a critério do já então Governador Eleito do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos. E isso, ocorreu pela manhã de 7 de dezembro de 1988, quando Siqueira Campos entrou em contato com o Deputado eleito Raimundo Boi, a quem revelou a intenção de escolher Miracema com Capital Provisória, desde que o mesmo Deputado e o Prefeito Eleito de Miracema, Sebastião Borba concordam em que aquela cidade se tornasse a Capital Provisória, até 15 de setembro de 1989. Esclareceu, outrossim, Siqueira Campos ser sua intenção fazer construir uma cidade para ser a Nova Capital, no centro geográfico do Estado e em caráter definitivo. [...]. Em 29 de janeiro de 1989, Siqueira Campos, acompanhado de D. Aurenny e da família, de auxiliares, das secretárias Lucy e Delsita, dos Deputados Estaduais, Deputados Federais, do Vice-Governador e dos Senadores, prefeitos e líderes políticos saiu de ônibus de Miracema e seguiu rumo a Canela ***(Canela era considerada um povoado do Município de Porto Nacional, que atualmente ficou na maioria de sua área submersa, após a construção do Lago de Palmas, formando-se em duas ilhas frequentemente visitadas por vários turistas de diversos estados), (grifo da autora)***, onde realizou uma reunião com a participação de moradores, ficando definitivamente escolhida a área de Canela, entre o futuro lago e a Serra do Carmo para construção da Nova Capital, ou a área do Mangue, à esquerda do rio Tocantins. [...]. Imediatamente decidiu se aquele o local onde mandaria construir o Palácio Araguaia, centralizando-a na praça dos Girassóis, na confluência das Avenidas Joaquim Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek de Oliveira. (SILVA, 1990, p. 285-286);

Conforme Silva (1990), esse processo de fundação de Palmas -TO, destaca-se a centralidade da figura do então, José Wilson Siqueira Campos. A narrativa, embora detalhada, revela uma decisão estratégica e política que, no fundo, moldou a identidade do estado. A descrição do autor, convida para uma reflexão sobre a forma como o poder político, encarnado por governador, foi exercido na criação da nova capital.

Figura 2. Imagem com destaque para o município de Palmas - TO.



Fonte: Site da Prefeitura de Palmas - TO. Disponível em: [rotatórias de palmas tocantins - Pesquisa Google](#)

A escolha de Palmas, em detrimento de cidades já consolidadas como Gurupi e Porto Nacional, não foi apenas uma decisão geográfica, mas uma afirmação de uma nova ordem política, econômica e social. É fato, que a decisão, aparentemente técnica e baseada em “estudos” e “pareceres”, na verdade, foi um ato de rompimento com o passado. Ao se afastar dos centros de poder já estabelecidos, Siqueira Campos, com o apoio de Sarney, pôde criar uma capital “*do zero*”, livre das amarras políticas e das estruturas sociais pré-existentes.

A escolha de uma área pouco habitada nas proximidades de Canela, em vez de uma cidade com mais idade de emancipação tal como Miracema - com história e identidade próprias, evidencia a intenção de construir um projeto de estado a partir de uma tábula rasa, com um governo centralizado e um planejamento que não considerava muito com a realidade local. O fato dessa ideia consiste em uma dinâmica de poder personalista, onde as decisões mais cruciais dependiam da vontade de Siqueira Campos. A escolha da capital provisória e a posterior decisão sobre o local da capital definitiva não foram resultado de um debate democrático ou de um planejamento participativo, mas sim de acordos e conversas com aliados políticos. A construção do Palácio Araguaia no centro da Praça dos Girassóis simboliza essa centralização de poder, com a sede do governo como o coração do novo estado.

Isso, não é apenas um evento histórico, mas um processo político que moldou a

estrutura do poder no Tocantins. A cidade nasceu como um projeto do governo, com um planejamento que visava construir uma capital moderna e funcional, mas que, ao mesmo tempo, ignorou a diversidade social e cultural já existente na região, impondo uma nova identidade sobre um espaço que já era habitado. Sobre esse mesmo assunto, Castro *apud* Rodrigues e Santos, (2015, p. 2), destaca a política com um “aceita-se que o município é uma escala territorial da política nacional [...] porém, pouca atenção tem sido dedicada às questões que se originam, ou são afetadas, pelo espaço político que é produzido nessa escala”.

Corroborando, Rodrigues e Santos (2015), quando;

a criação/emancipação de municípios na década de 1980 no então “norte goiano” foi uma estratégia política do Governo de Goiás em atribuir maior autonomia política-administrativa a novos entes federados como resposta ao movimento emancipacionista tocantinense; ou se a criação de novos municípios naquela década era resultante de uma nova conjuntura política nacional que favorecia tal expansão de municípios por meios constitucionais e o governo goiano se aproveitou deste contexto, haja vista que esta ocorrência alcançou outras unidades da federação naquele mesmo período. (RODRIGUES; SANTOS, 2015, p. 6).

É possível afirmar nesse sentido, que a criação de novos municípios no norte de Goiás, na década de 1980, pode ser vista como um reflexo direto do conflito de interesses políticos entre o governo goiano e o movimento pela emancipação do Tocantins. Essa dinâmica revela uma disputa pelo poder e pelo controle territorial que permeou o processo de criação do novo estado. Sendo que, para o governo de Goiás, a estratégia de criar municípios era uma tentativa de fragmentar e enfraquecer o movimento emancipacionista tocantinense. Ao dar autonomia a novos entes federados, Goiás poderia criar bases políticas locais que se alinhassem aos seus próprios interesses, diluindo o poder dos líderes que clamavam pela separação. Era uma forma de apaziguar as demandas locais por mais representatividade, ao mesmo tempo em que minava a coesão do movimento pró-Tocantins.

Do ponto de vista dos emancipacionistas, essa ação era vista como uma manobra política para atrasar ou inviabilizar a criação do novo estado. A criação de municípios a poucos anos da separação levantava questionamentos sobre a legitimidade das novas divisões territoriais e administrativas, gerando um cenário de incerteza política. O governo goiano, ao conceder maior autonomia a pequenos centros, tentava manter o controle político sobre a região e preservar sua influência sobre o território que estava prestes a se perder.

Em última análise, o fenômeno, embora amparado por um contexto nacional de redemocratização e descentralização, foi, no norte goiano, uma clara manifestação da luta pelo poder. A criação de novos municípios foi um último lance do jogo político de Goiás para manter o controle, enquanto o movimento tocantinense se consolidava como uma força

política capaz de determinar o próprio destino da região.

Ressalta-se que toda essa análise foi necessária para o entendimento crítico acerca do processo de criação do Estado do Tocantins e a consolidação de Palmas - TO. Reinaldo, (2023) esclarece que,

A partir dessa leitura da expansão monopolista do capital, ocorrendo em paralelo ao movimento que endossou o debate em torno da divisão do estado de Goiás e consequentemente criação do Tocantins, é preciso considerar também esse contexto econômico ao refletir sobre a formação territorial e a expansão do agronegócio, na fronteira agrícola, na região, que se intensificou sobretudo a partir de 1990 [...]. (REINALDO, 2023, p. 65).

Para Assis (2009), *apud* Reinaldo, (2023), traz lembrete importante sobre a ligação dos dois estados;

Destaca que por muitos anos, os rios Araguaia e Tocantins foram o único canal de ligação do norte de Goiás com o restante do território, situação essa que só muda décadas depois, com a construção das rodovias (séc. XX). Inclusive, havia uma comercialização fluvial direto de Belém para Porto Real (atual município de Porto Nacional-TO), via rio Tocantins, por meio da navegação. Os povos originários que habitavam a região em estudo eram agricultores e coletores, sobretudo de frutos do Cerrado. E, aqueles que viviam mais no extremo Norte do território coletavam principalmente o coco-babaçu e desenvolviam também técnicas de plantio em suas roças. (ASSIS, 2009, *apud* REINALDO, 2023, p. 65).

Essa clara explicação e recorte de todo esse processo de separação do Estado do Goiás e criação do Tocantins, demonstra a importância histórica dos rios Araguaia e Tocantins como as principais artérias de comunicação e comércio no antigo norte de Goiás. A navegação fluvial era, por muitos anos, a única forma de conectar a região ao restante do país, evidenciando uma dependência direta dos cursos d'água para o desenvolvimento econômico e social. O exemplo da rota comercial entre Belém e Porto Nacional destaca o papel central de cidades ribeirinhas no escoamento de produtos e na circulação de pessoas, integrando a região a um circuito comercial mais amplo, que se estendia até o Pará.

Além disso, o autor oferece um panorama sobre a vida e os hábitos dos povos originários que habitavam a região. Ao mencioná-los como agricultores e coletores de frutos do Cerrado, o texto ressalta a profunda relação desses povos com o bioma local. A referência específica ao coco-babaçu e às técnicas de plantio no extremo Norte do território reforça a diversidade cultural e a adaptabilidade desses grupos, que desenvolveram práticas sustentáveis e um vasto conhecimento da natureza para sua subsistência. A informação sublinha que a ocupação humana na região não se deu apenas com a chegada dos colonizadores, mas era historicamente marcada por uma rica herança cultural e uma economia baseada no uso inteligente dos recursos naturais disponíveis, tanto da época como de agora.

De acordo com o *site* oficial da Prefeitura de Palmas - TO, a população da cidade já chega a mais de trezentas mil pessoas. A cidade planejada, foi construída contendo avenidas largas, uma preservação ambiental eficiente e bons locais públicos. Palmas foi a capital com o maior crescimento demográfico durante a primeira década do século XXI.

Nessa continuidade, o portal, destaca, contudo, que a cidade;

Palmas é considerada a capital entre os municípios do norte brasileiro que oferece melhor qualidade de vida à sua população. Com um aspecto de cidade e interior misturados, a cidade é banhada pelo Rio Tocantins. A cidade de Palmas é bastante jovem se comparada às outras capitais brasileiras e conta com uma ampla variedade de estabelecimentos culturais, onde é possível desfrutar e apreciar as riquezas culturais e naturais do Tocantins. A capital fica próximo de uma importante região turística do estado, o Jalapão, e da Cachoeira da Roncadeira. O represamento das águas do Rio Tocantins proporcionou a formação de ilhas e de paisagens como a da própria Ilha da Canela, que mencionamos anteriormente, da Praia da Graciosa e da Praia do Prata.

Em síntese, a cidade mais jovem do país é vista de forma bastante positiva, destacando-se por conciliar desenvolvimento urbano e tranquilidade típica de cidades do interior. A capital apresenta elevada qualidade de vida, evidenciada por IDHM alto (0,788) no Atlas do Desenvolvimento Humano (base 2010) e por indicadores recentes do IBGE que apontam expansão demográfica, melhoria das condições urbanas e ampla oferta de equipamentos culturais e áreas naturais, aspectos favorecidos por sua juventude institucional e planejamento urbano.

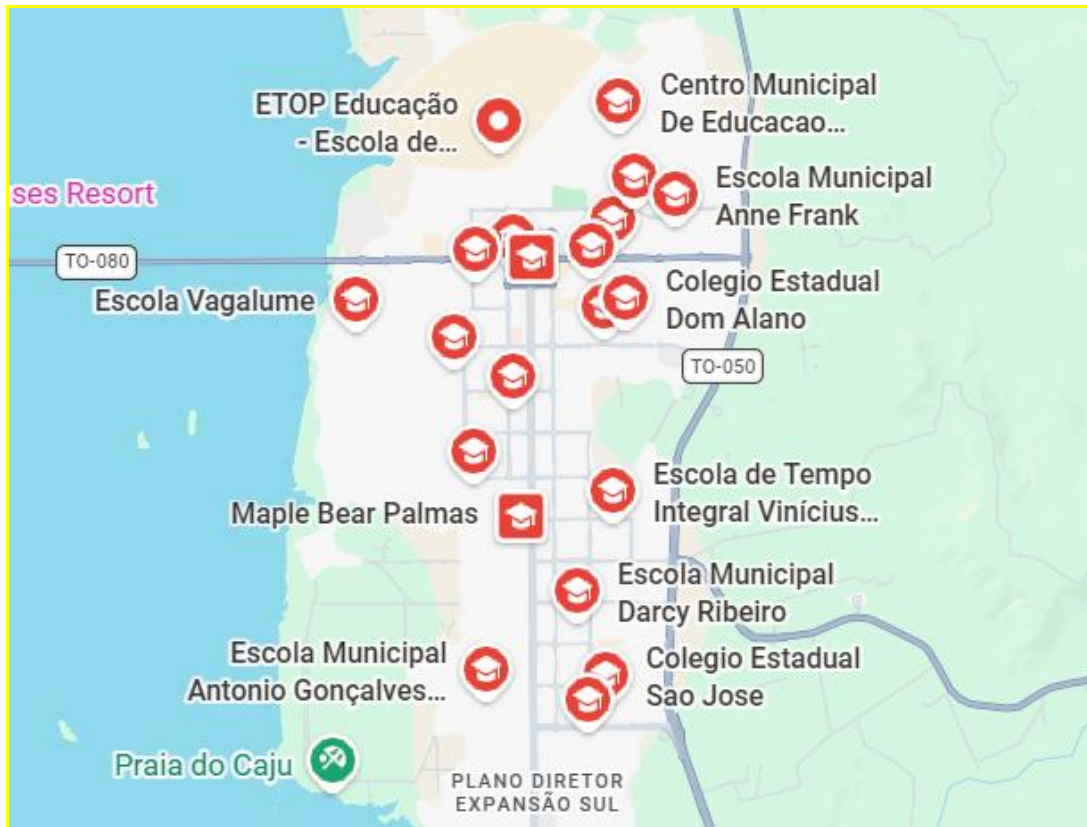
O principal ponto de destaque é a forte relação de Palmas com o seu entorno natural. A menção ao Rio Tocantins não é apenas um detalhe geográfico; ela é central para a identidade da cidade. O rio, em particular, o represamento de suas águas, moldaram a paisagem local, criando pontos turísticos como a Praia da Graciosa e a Praia do Prata, Praia do Caju, Praia dos Buritis, que são cartões-postais da capital.

A cidade, traz menção à Ilha da Canela, (ponto que foi submerso para dar lugar ao lago de Palmas), adiciona uma camada de complexidade ao passo em que se relata sobre o processo histórico da criação da cidade. Porque a modernidade e o planejamento da capital vieram à custa da transformação drástica do ambiente e da paisagem original. De certa forma, celebra o resultado dessa intervenção a criação de paisagens turísticas sem, no entanto, aprofundar as implicações históricas dessa mudança.

Em outras palavras, o cenário da capital torna-se como uma pintura um quadro de Palmas como uma capital moderna e planejada, que busca equilibrar o dinamismo urbano com a riqueza natural e cultural do Tocantins. A cidade se posiciona como um ponto de referência de qualidade de vida e um importante polo de acesso às belezas naturais do estado,

como o Jalapão. Assim, no contexto da criação e da organização administrativa da cidade de Palmas, estruturaram-se também as pastas responsáveis pela gestão pública municipal, entre as quais destaca-se a Política de Educação, representada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Figura 3. Mapa de escolas públicas municipais de Palmas - TO.



Fonte: Google Maps: Disponível em: https://www.google.com/maps/search/Palmas+escolas++municipais+de+palmas+to+/@-10.2597011,-48.3472346,12z/data=!3m1!4b1?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI2MDcyMi4wIKXMDSOASAFAQAw%3D%3D

A imagem representa o mapa da cidade de Palmas-TO, no qual as escolas municipais de Ensino Fundamental são identificadas por símbolos cartográficos pontuais na cor vermelha, evidenciando sua distribuição espacial e subsidiando a análise da abrangência territorial da política educacional.

4.2 A Política Educacional em Palmas – TO e o Serviço Social

Sabe-se que a inserção do Serviço Social na política educacional de Palmas, Tocantins, é um processo em construção, marcado por demandas sociais no contexto escolar. Seu exercício profissional envolve articulações, estratégias de intervenção e articulação com a rede de proteção social, evidenciando-se desafios e possibilidades no exercício profissional.

Nesse cenário advindo dessa construção, a Secretaria Municipal de Educação

(Semed)⁷ traz a base legal que especifica as competências desta pasta. A política de educação básica municipal se constitui como um campo do exercício profissional estratégico para o (a) Assistente Social, isso porque na medida em que a escola pública assume a função pedagógica, o referido profissional em conjunto com a equipe multidisciplinar assume responsabilidades sociais no âmbito escolar.

A rede municipal de ensino de Palmas é composta por escolas de educação infantil e ensino fundamental, sendo responsável por atender milhares de estudantes nos anos iniciais e finais da educação básica. Sobre as séries iniciais, Santos, Barbosa e Freire (2025), enfatiza que;

[...] Durante essa fase de pré-alfabetização, as crianças começam a adquirir as habilidades e o conhecimento necessários para a alfabetização, propriamente dita, através de uma série de experiências e atividades que preparam o terreno para o ensino formal. Esse estágio é crucial, pois estabelece as bases para o sucesso na alfabetização futura e é possível pela mediação do outro mais experiente via interações sociais, familiares e culturais. Esse aprendizado inicial é fundamental para a formação do indivíduo e serve como base para o ensino formal, que acontece e se desenvolve posteriormente na escola. (SANTOS; BARBOSA; FREIRE, 2025, p. 3).

Sobre o assunto, corrobora Almeida, (2007), porque;

Existem, contudo, situações reais que têm revelado a necessidade de atuação dos assistentes sociais no ensino fundamental, ou seja, numa área específica da política educacional. Estas situações, resgatando a perspectiva de abordagem que norteia esta reflexão, podem ser compreendidas a partir das expressões atuais da questão social na (e em relação à) educação, em seu sentido mais amplo já referido, assim como em sua dimensão mais particular, a política educacional. (ALMEIDA, 2007, p. 5).

O ensino fundamental é a fase em que as crianças desenvolvem as habilidades necessárias para a leitura e a escrita. E esse processo não ocorre de forma isolada, mas sim por meio da mediação de adultos ou outras pessoas capacitadas, através de interações sociais, familiares e culturais. Com isso, não é apenas uma preparação, mas a base para todo o aprendizado formal que virá na vida escolar dos indivíduos, ou seja, a pré-alfabetização, com suas experiências e atividades, é vista como o alicerce que garante o sucesso desde a alfabetização, até o alcance de todo o processo de formação profissional de qualquer aluno

⁷ I – desenvolver e implementar a política educacional no Município; II – executar a política municipal de educação, abrangendo o planejamento, estudos, projetos, normalização e fiscalização do sistema correspondente; III – propor, desenvolver, adotar e adaptar métodos e técnicas capazes de promover um ensino universal e de qualidade; IV – articular a política e a gestão educacional com as demais políticas sociais do Município; V – promover a articulação da política e gestão educacional do Município nos âmbitos Federal e Estadual, visando à integração dos programas; VI – gerir a infraestrutura física, a política de apoio ao discente e as condições pedagógicas do ensino municipal, de modo a garantir a aprendizagem e estimular a permanência do aluno na escola; VII – promover a gestão de currículos e conteúdos escolares, sob uma perspectiva inovadora que privilegie a qualidade do ensino e a promoção da cidadania; VIII – outras atividades nos termos do regimento. (Palmas, TO. Lei Ordinária nº 2.299/2017).

(a).

Os dados divulgados no site da Semed indicam que a inserção dos assistentes sociais na rede municipal de ensino ainda se encontra em processo de consolidação. Tal situação revela um cenário marcado por adaptações institucionais em ambas as esferas e pela insuficiência de profissionais frente às demandas existentes, evidenciada, inclusive, pela vigência do concurso municipal e pelo processo de implementação da Lei. (nº 13.935/19). Esse contexto demonstra que a inserção desses profissionais na educação básica ainda está em fase de efetivação, conforme determina a referida lei, evidenciando-se os desafios concretos para sua consolidação no cotidiano da política educacional na capital e no Estado.

Em vista disso, apesar dos avanços observados, identifica-se que a materialização dessa política ocorre de forma parcial e desigual, expressando contradições próprias do processo de implementação das políticas sociais no âmbito educacional. Nesse sentido, a ausência de uma estrutura normativa municipal mais consistente contribui para a fragilidade na institucionalização do trabalho desses profissionais, indicando limites na consolidação de uma política pública permanente, estruturada e claramente regulamentada.

Tais elementos apontam para um processo ainda permeado por formas de precarização institucional, no qual a presença do Serviço Social na educação não se encontra plenamente consolidada como parte orgânica da política educacional, mas sim em constante disputa por reconhecimento, legitimidade e ampliação no interior da rede pública de ensino.

De fato, o trabalho do (a) assistente social no campo educacional sugere que o exercício profissional não pode se limitar a um entendimento abstrato das desigualdades sociais; ao contrário, deve ser guiada por uma análise crítica e contextualizada das “*situações reais*” que se expressam nas diferentes escolas.

No que se refere aos assistentes sociais na política educacional, compreende-se que a Secretaria Municipal de Educação de Palmas-TO (SEMED) vem alinhando sua política de ensino às diretrizes nacionais, especialmente no âmbito da Educação Integral. Nesse contexto, as plataformas institucionais disponibilizam informações sobre a organização da política educacional e o quadro de profissionais vinculados à Secretaria, permitindo a identificação de elementos relacionados à inserção do assistente social na rede municipal de ensino.

Conforme as informações disponibilizadas no *site* da Prefeitura de Palmas - TO, o sistema educacional conta com 27 assistentes sociais; distribuídos nas 82 unidades educacionais, (sendo 45 escolas municipais e 37 Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS).

Quadro 2 – Política Educacional e as demandas dos (as) assistentes sociais no município de Palmas - TO. (2024 - 2026)

Dimensão	Categoria	Descrição	Observações
Política educacional	Estrutura da rede	Rede municipal composta por educação infantil e ensino fundamental	Organização sob responsabilidade da Semed
Política educacional	Unidades escolares	Mais de 70 escolas de ensino fundamental	Distribuídas entre zona urbana e rural (2024)
Condições de trabalho	Quadro profissional	Confirmação consolidada de 27 assistentes sociais efetivos. Possível inclusão de assistentes sociais oriundos (as) de diferentes pastas inclusive do âmbito estadual.	Dados relacionados a situações pontuais de provimento do portal da transparência.
Política educacional	Público atendido	Estudantes majoritariamente de baixa renda	Situação de vulnerabilidade socioeconômica
Gestão educacional	Gestão da política	Secretaria Municipal de Educação de Palmas (Semed)	Responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas educacionais (Lei nº 2.299/2017)
Serviço Social na educação	Inserção profissional	Assistentes sociais na rede municipal de ensino	Atuação vinculada às demandas socioeducacionais
Serviço Social na educação	Exercício profissional	Intervenção articulada entre níveis macro e micro da realidade escolar	Enfrentamento de demandas sociais no contexto educacional
Serviço Social na educação	Demandas educacionais	Baixo desempenho, evasão e baixa participação familiar	das desigualdades sociais
Determinantes sociais	Condições estruturais	Pobreza e desigualdades sociais	Impactam acesso, permanência e desempenho escolar

Valorização profissional	Política salarial	Tramitação do Projeto de Lei nº 1827/2019.	Proposta de piso salarial nacional de R\$5.500,00 para assistentes sociais.
Contexto geral	Expansão profissional	Ampliação da inserção do Serviço Social no setor público.	Intensificada pela Lei nº 13.935/2019, especialmente na educação básica.

Fonte: Elaboração própria (2026), baseado na pesquisa da política de educação no Tocantins.

É interessante dizer que após a aprovação da Lei que prevê psicólogos e assistentes sociais na educação, outras escolas (particulares), também de nível fundamental, começaram aos poucos a inserir os profissionais em campo. Observa-se que, especialmente antes da Lei nº 13.935/19, houve significativa carência no desenvolvimento do trabalho do (a) assistente social no âmbito da Política Educacional do município. Porém, em algumas escolas municipais, já era possível identificar a presença desses profissionais, muitas vezes atuando de forma cedida por outras pastas municipais ou oriundos de outras instituições públicas, o que evidenciava a inexistência, naquele momento, de um quadro efetivo estruturado para atender às demandas da educação.

Ressalta-se que o trabalho dos (as) assistentes sociais não se restringe apenas às escolas da rede municipal de ensino estendendo-se também aos CMEIs, atendendo demandas relacionadas à garantia de direitos, mediação entre escola, família e comunidade, bem como aos enfrentamentos sociais que impactam o processo educacional.

Os dados também indicam que o trabalho do (a) assistente social no ensino fundamental não se limita a intervenções pontuais no cotidiano escolar, assumindo um caráter estratégico, pautado na articulação com a rede de proteção social e na defesa do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Há a importância de fortalecer políticas institucionais que garantam a presença contínua do (a) assistente social nas escolas. Ao mesmo tempo em que há avanços na educação e maior reconhecimento do trabalho interdisciplinar, ainda existem desafios no cotidiano profissional.

Outro ponto a ser considerado é o fato que ainda existem vínculos de trabalho mais frágeis da categoria profissional, especialmente quando se aproximam os períodos eleitorais. Nesse sentido, a ampliação da presença do assistente social em diferentes políticas públicas, como a educação, também evidencia os desafios presentes no cotidiano profissional. Dados identificados ao longo da pesquisa demonstram que os assistentes sociais que atuam nesse campo enfrentam diversas barreiras no desenvolvimento de suas atribuições. Entre elas,

destaca-se a necessidade constante de afirmar e esclarecer, junto às equipes técnicas e à comunidade escolar, as atribuições específicas do Serviço Social nesses espaços, bem como delimitar suas competências profissionais no âmbito da política educacional.

Fato que pode dificultar ações mais preventivas, articuladas e próximas da realidade dos estudantes e suas famílias. Outra situação relevante e preocupante é que, por vezes, um (a) profissional é lotado (a) em determinadas escolas e atende outros alunos de outras escolas sendo dentro daquele marco territorial municipal.

Cabe destacar que é atribuição do profissional solicitar providências e denunciar situações que comprometam as condições éticas e técnicas necessárias ao exercício do (a) assistente social. Além disso, a ausência de dados sistematizados revela fragilidades no planejamento e na gestão dessa política, dificultando uma avaliação mais precisa da relação entre as demandas das unidades escolares e a disponibilidade de profissionais para atendê-las adequadamente.

Essa configuração pode evidenciar ainda a questão da sobrecarga de trabalho, principalmente para os profissionais que têm vínculos empregatícios frágeis. Isso aponta limites estruturais para a efetivação do exercício profissional do assistente social na política educacional do município, indicando a necessidade de maior planejamento institucional, ampliação do quadro profissional e adequação das condições de trabalho nas unidades escolares.

Diante desse contexto, a respeito da sobrecarga de trabalho, pela insuficiência de profissionais, pela ausência de dados sistematizados e pelas limitações estruturais nas unidades escolares, observa-se um cenário que pode repercutir diretamente no cotidiano do exercício profissional. Assim, em decorrência dessas condições, torna-se possível compreender o surgimento de diferentes desafios no processo de inserção e o exercício profissional do assistente social na política educacional.

É possível dizer contudo, que tais situações ocorrem em grande medida, pelo fato de a presença desse profissional ainda ser considerada relativamente recente no contexto escolar, o que exige um processo contínuo de compreensão, na prática, das metodologias e das atribuições próprias do (a) assistente social. Soma-se a isso a necessidade de desconstruir percepções do senso comum que, muitas vezes, reduzem o trabalho do assistente social à intermediação de demandas junto ao conselho tutelar, à articulação com diretores e coordenadores pedagógicos ou, ainda, à distribuição de benefícios eventuais, como cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Ao apontar essas informações no cerne da ampliação da inserção do (a) assistente social na política educacional e no mercado de trabalho como um todo, os dados reforçam e contribuem para dar visibilidade às competências e atribuições da profissão, fortalecendo-se sua legitimidade em diferentes espaços sócioocupacionais.

Ainda no que diz respeito à insuficiência no número de profissionais inseridos na rede educacional, tanto em âmbito estadual quanto na realidade específica de Palmas – TO. Apesar da realização recente de concurso público e da distribuição de assistentes sociais nas unidades escolares, essa realidade torna difícil a continuidade e o acompanhamento sistemático das demandas apresentadas, comprometendo a organização do trabalho e, muitas vezes, gerando a sensação de um processo de intervenção fragmentado e sobrecarregado.

Além disso, essa configuração de atendimento suscita uma reflexão crítica acerca das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados. Conforme orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), especialmente a partir da Resolução nº 1.114/2025, que atualiza as condições técnicas e éticas para o exercício profissional e substitui a Resolução CFESS nº 493/2006, o foco está na garantia de um atendimento qualificado, no respeito ao sigilo profissional e em condições adequadas de trabalho.

Ainda que o CFESS não estabeleça um número exato de famílias ou atendimentos por profissional, a ausência desse parâmetro também pode abrir margem para a sobrecarga de demandas, o que exige uma análise crítica sobre a organização do trabalho e os limites institucionais que podem impactar a qualidade das intervenções profissionais.

Assim, o desafio posto ao exercício profissional do (a) assistente social no campo educacional ultrapassa a necessidade de apenas explicar seu papel à equipe escolar. Trata-se, também, de ampliar essa compreensão junto aos estudantes, bem como aos seus pais e responsáveis, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo reconheçam as atribuições e a relevância do Serviço Social nesse espaço, bem como dos impactos positivos gerados nesse viés.

No que cerne ao exercício profissional do (a) assistente social no âmbito escolar, considerando contudo, os diversos tipos de inserção desse profissional nessa política e sobretudo o que implica nessa esfera, é possível afirmar que, no cotidiano do trabalho em diferentes unidades escolares, o (a) assistente social frequentemente se vê na necessidade de reafirmar e explicar continuamente suas atribuições às equipes multiprofissionais, o que evidencia fragilidades no reconhecimento institucional de seu papel.

Com isso, espera-se que, em um futuro próximo, esse profissional seja reconhecido no âmbito escolar não apenas como aquele que viabiliza o acesso a direitos, mas como um agente

fundamental na mediação das demandas presentes no cotidiano das famílias e da comunidade escolar. Seu trabalho tende a se consolidar à medida que se orienta pela compreensão das demandas concretas que emergem de cada território, considerando, sobretudo, as particularidades das famílias atendidas, suas trajetórias, origens e diversidade cultural.

Com o intuito de ampliar e recompor o quadro de profissionais da rede pública municipal de ensino, fortalecendo as equipes responsáveis pela implementação e gestão da política educacional local, a Prefeitura Municipal de Palmas - TO, publicou, em junho de 2024, o edital (nº 62/2024), que instituiu concurso público destinado ao provimento de cargos da Educação Básica. Os dados analisados indicam que o certame teve como finalidade suprir demandas existentes na rede municipal de ensino, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação ofertada no município. Conforme previsto no referido edital, foram ofertadas inicialmente 30 vagas para provimento imediato, sendo 22 destinadas à ampla concorrência, 2 reservadas a pessoas com deficiência e 6 direcionadas a pessoas negras, em consonância com as políticas de ações afirmativas adotadas nos concursos públicos.

No que se refere ao cargo de Analista Educacional - Assistente Social, cumpre enfatizar que, em relação à nomenclatura de *Analista Educacional*, o Cfess, por meio da Resolução nº 572/2010, ratifica a importância da manutenção da identidade profissional também nesses cargos, reafirmando que a denominação genérica do cargo não descaracteriza o exercício profissional do assistente social, tampouco afasta o reconhecimento de suas atribuições e prerrogativas legais.

Assim, além das vagas de provimento imediato, o edital previu a formação de cadastro reserva com 10 vagas adicionais, sendo 8 destinadas à ampla concorrência e 2 a pessoas negras, possibilitando futuras convocações conforme as demandas da administração pública durante o período de validade do certame. A remuneração inicial foi de R\$6.532,91 com a jornada de trabalho de 30h semanais.

Cumpre registrar que o mesmo edital, previu expressamente atribuições do cargo compatíveis com as competências e prerrogativas do assistente social, contemplando atividades relacionadas à formulação, execução e avaliação de políticas educacionais, dentre outras atribuições profissionais, dentre estas;

Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e na sua gestão democrática; Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem,

evasão escolar e de atendimento educacional especializado; Contribuir para a qualidade de serviços do estudante infantojuvenil, de modo a garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito; Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais; Atuar junto às famílias dos educandos no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais; Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar de espaços coletivos de decisões; Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda; Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica; Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar. (SITE COPESE, EDITAL N. 62/2024, p. 32).

As atribuições descritas evidenciam a natureza técnica do Serviço Social na educação, em consonância com as competências e prerrogativas profissionais do (a) assistente social. Vista disso, a disponibilização dessas vagas representou um avanço significativo para o fortalecimento na área do Serviço Social na Política Educacional da capital Palmas, ampliando a presença desses profissionais nas unidades escolares e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Observa-se, ainda, que parte dos profissionais aprovados nesse referido concurso, têm recorrido ao poder judiciário para garantir o direito à nomeação no certame, o que pode impactar o quantitativo inicialmente previsto, sem, contudo, ultrapassar os limites estabelecidos no edital. Ademais, há a previsão de convocação de novos profissionais a partir do cadastro de reserva, conforme discussões divulgadas no âmbito da Prefeitura de Palmas, indicando a possibilidade de chamamento de pelo menos mais 10 assistentes sociais para exercer seus papéis profissionais na Política Educacional do município.

A respeito do número de profissionais nesta política, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET) tem atuado de forma ativa na cobrança pela convocação de todos os aprovados em concurso público, bem como na valorização dos profissionais de carreira. Nesse contexto, tem promovido reuniões junto à Secretaria Municipal de Educação de Palmas (SEMED), com o objetivo de assegurar a substituição de contratos temporários por servidores efetivos.

Conforme dados do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESE), referente ao mapeamento da presença de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil, a investigação teve suas fases iniciais desenvolvidas em 2023, com a apresentação dos resultados em 2024. No Tocantins, 40 municípios foram mapeados (39,2%) com 57 assistentes sociais (22,4%), dos quais 33,3% trabalham em unidades escolares e 66,7% estão vinculados às secretarias de educação. É possível afirmar

que desde esse período os dados evidenciaram que a maior parte dos assistentes sociais vinculados à política educacional na região Norte está concentrada nas secretarias de educação, o que indica que a implementação das equipes multiprofissionais tem ocorrido, sobretudo, por meio da gestão central dessas pastas. (GEPESS, 2025, p. 13).

O mesmo Relatório aponta ainda que:

Na região Norte, a fase de mapeamento inicial identificou 102 municípios com presença de assistentes sociais na educação básica, distribuídos da seguinte forma: 12 municípios no Acre (11,8%), 2 no Amapá (2,0%), 30 no Amazonas (29,4%), 5 no Pará (4,9%), 9 em Rondônia (8,8%), 4 em Roraima (3,9%) e 40 no Tocantins (39,2%). Na etapa da pesquisa de campo, os(as) assistentes sociais indicaram atuação em 34 municípios, o que corresponde a aproximadamente 33,3% do total mapeado. A distribuição dos municípios com atuação de assistentes sociais por estado foi: 7 no Amazonas (20,6%), 11 no Pará (32,4%), 8 em Rondônia (23,5%) e 8 no Tocantins (23,5%). Acre, Amapá e Roraima não tiveram municípios indicados na pesquisa de campo. Além disso, a pesquisa de campo revelou novos municípios que não haviam sido identificados na fase de mapeamento: 9 novos municípios no Pará, 7 em Rondônia e 4 no Tocantins, totalizando 20 novos municípios. No Amazonas, não houve identificação de novos municípios. O Quadro 8 apresenta a relação dos municípios de atuação dos(as) profissionais respondentes que apareceram na pesquisa de campo da região Norte. (GEPESS, 2025, p. 24).

Trata-se de estratégia administrativa adotada por muitos municípios, em que os profissionais são lotados nas secretarias e não diretamente nas unidades escolares, o que pode limitar a presença contínua do (a) assistente social no cotidiano das escolas e, consequentemente, restringir a efetividade das ações de acompanhamento e intervenção junto à comunidade escolar.

Anteriormente, mesmo diante de alguns avanços, a educação era marcada pela persistência de problemas, agravados por políticas neoliberais que priorizam resultados quantitativos e reforçaram as desigualdades sociais. De acordo com Freire; Freire e Gomes, (2016, *apud* Silva e Machado, (p.104-105).

No Tocantins, a extrema pobreza faz com que o estado tenha um dos piores indicadores socioeconômicos do país. [...] Apesar da redução observada nos índices de analfabetismo no estado, vale afirmar que o número de 13,5% ainda é preocupante e requer políticas educacionais de impactos que resolvam não apenas esse problema, mas que melhorem significativamente os resultados educacionais e a qualidade da oferta da educação básica no estado. [...]. Mesmo diante desse histórico de precarização da educação e de pobreza e desigualdade social, no século XX e XXI, a política educacional adotada pelo governo estadual no Tocantins fundamentou-se no ideário neoliberal, que aprofunda essas desigualdades, pois tem como princípio a lógica de organização do mercado, privilegiando os aspectos quantitativos do rendimento escolar e o gerencialismo baseado em preenchimento de fichas, tabelas e gráficos exigidos pelos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação. (FREIRE; FREIRE; GOMES, 2016, *apud* SILVA; MACHADO p.104-105).

Ficou claro que houve priorização dos indicadores sobre os quantitativos, metas e

mecanismos gerencialistas em detrimento de uma formação humana integral e emancipatória. Desse modo, fica tendencioso o processo educativo a resultados estatísticos e burocráticos.

Figura 4 - Relação de Municípios com Assistentes Sociais na Educação Básica, na região Norte - 2025.

Quadro 3 - Relação de Municípios com Assistentes Sociais na Educação Básica, na região Norte– Brasil, 2025	
Estado	Município
Amazonas	Amaturá, Boca do Acre, Eirunepé, Manaus, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Uarini.
Pará	Belém, Bragança, Cachoeira do Arari, Gurupá, Medicilândia, Óbidos, Parauapebas, Ponta de Pedras, Rio Maria, São Domingos do Araguaia, Xinguara.
Rondônia	Buritis, Guajará-Mirim, Machadinho d'Oeste, Mirante da Serra, Nova Mamoré, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno.
Tocantins	Colinas do Tocantins, Combinado, Miracema do Tocantins, Novo Acordo, Peixe, Porto Nacional, Riachinho, Tocantínia.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Fonte: Relatório do Gepesse, 2025.

O quadro descrito pelo GEPESS, (2025), aponta que o Estado do Tocantins e os municípios os quais tem profissionais assistentes sociais na educação básica, especificamente na região norte do estado. “[...] a educação é considerada como política pública sob a responsabilidade do Estado e que o (a) assistente social, como princípio ético e compromisso com a classe trabalhadora deve buscar a efetivação de acesso universal à Política Pública de Educação”.

Conforme Gazotto (2014, p. 80). Sobre o exercício profissional do (a) assistente social na educação básica, o CFESS enfatiza acerca da Lei nº 13.935/2019, que o profissional tem dever:

1. Contribuição com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos/as estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Contribuição para a garantia da qualidade dos serviços aos/as estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do/a adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
3. Atuação no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
4. Contribuição no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
5. Contribuição com o processo de inclusão e permanência dos/as alunos/as com necessidades educacionais especiais na perspectiva da inclusão escolar;
6. Criação de estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;

7. Atuação junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
8. Fortalecimento e articulação de parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
9. Realização de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões. (BRASIL, 2019, p.3-4).

O conjunto de atribuições apresentadas revela a abrangência do exercício profissional do (a) assistente social na política educacional, evidenciando-se o compromisso com a efetivação do direito à educação para além do acesso formal à escola. As ações destacadas contemplam dimensões fundamentais como o ingresso, a permanência e o sucesso escolar, bem como a garantia da qualidade dos serviços ofertados, reconhecendo-se os estudantes como sujeitos (a) de direitos em processo de desenvolvimento.

Também destaca-se o trabalho em rede, por meio da articulação com diferentes políticas públicas e instituições, o que fortalece o trabalho intersetorial do (a) assistente social. Soma-se a isso a assessoria à gestão escolar e a participação em espaços coletivos de decisão, evidenciando-se a relevância desse (a) profissional frente às demandas institucionais, em conformidade com o Projeto Ético-Político Profissional.

Ao se observar a intersetorialidade na política educacional em Palmas-TO, identifica-se uma estreita relação com a proteção social, o que repercute diretamente no exercício profissional dos (as) assistentes sociais, ampliando-se suas possibilidades de trabalho e articulação com diferentes áreas das políticas públicas.

Fica nítido que as estratégias das gestões públicas entre diferentes setores têm em comum acordo, que vai para além da capacitação dos (as) profissionais que lidam “*frente a frente*” com os desafios da educação, mas também com o objetivo da proteção social para crianças e adolescentes; seus grupos familiares e sociedade em geral.

Em geral trazendo-se para o contexto de Palmas - Tocantins, vem consolidando-se um conjunto de iniciativas institucionais, formativas que apontam para avanços significativos na incorporação de uma perspectiva ampliada da educação. Essa ampliação não se restringe ao processo de ensino-aprendizagem, mas, passa a reconhecer a educação como um direito social fundamental, diretamente articulado ao campo da proteção social.

Dessa forma, os dados indicam que, no Tocantins, especialmente em Palmas, há avanços importantes no reconhecimento da interface entre educação e proteção social. Ao mesmo tempo, persistem desafios estruturais que dificultam a consolidação do Serviço Social na política educacional, como a possível insuficiência de profissionais em equipes multiprofissionais em números desconhecidos e a necessidade de maior reconhecimento

institucional da profissão. Esses elementos reforçam a importância de ações intersetoriais, ampliam as condições de trabalho e consolidam o exercício profissional crítico.

A SEMED no ano de 2025, inclusive no primeiro semestre de 2026, tem investido em ações de formação continuada das equipes técnicas, indicando um movimento importante de qualificação das práticas educacionais. Essas formações não apenas atualizam conhecimentos dos profissionais, mas também estimulam uma compreensão mais ampla do papel da escola para alunos, familiares e comunidade envolvida. A capacitação foi voltada ao alinhamento da política de educação integral às diretrizes nacionais evidencia justamente essa mudança de paradigma, ao considerar o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões intelectual, social e cultural.

Essas ações voltadas ao fortalecimento da busca ativa escolar revela uma preocupação concreta com a permanência dos estudantes no ambiente escolar. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promoveu uma formação docente, divulgada no site da prefeitura, realizada nos dias 17 e 22 de abril de 2026. A iniciativa integra o Encontro Formativo: Escola das Adolescências, que aborda temas como o papel da escuta e do acolhimento, a valorização do contexto, a cultura de paz e a promoção da saúde mental nessa fase da vida. O encontro teve como foco o fortalecimento dos anos finais do Ensino Fundamental. Certamente reflete para o campo do Serviço Social na educação, isso porque considera-se fator essencial para promover acolhimento, apoiar a saúde de forma geral e enfrentar os diversos tipos de vulnerabilidades sociais, contribuindo para a permanência e o sucesso dos (as) alunos (as) na escola.

4.3 Indicadores educacionais no Estado do Tocantins

É notório que a implantação da legislação (nº 13.935/2019) no Estado do Tocantins ocorreu de forma tardia, ou seja, quase três anos após a sua aprovação, fato que “*prova*” mais uma vez os desafios profissionais enfrentados para a consolidação desse espaço sócio-ocupacional no âmbito educacional, advém do enfrentamento burocrático do poder público. De acordo com Almeida (2024), esse processo se deu;

[...] no Estado do Tocantins, cuja inserção foi impulsionada, a partir da vigência da Legislação Nacional, após um longo processo de construção coletiva, pelos trabalhadores e entidades representativas da profissão, mostrando que a educação necessita do Serviço Social. Acrescenta-se que o processo de inserção do assistente social na educação em Palmas -TO, atendeu ao preconizado na Legislação Federal, todavia, não está em consonância com os pressupostos apresentados pelo Cfess, nos materiais elaborados, para subsidiar a implementação da Lei nos estados e

municípios, ao recomendar que essa inserção dever ser por meio de concurso público. (ALMEIDA, 2024, p. 124).

Realmente a educação básica no estado tem apresentado avanços relevantes no período de 2025-2026, destacando-se no cenário educacional da Região Norte. Entre os principais resultados, observa-se o crescimento nos índices de alfabetização na idade adequada, alcançando 61% de crianças alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental em 2025, superando as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Esse avanço está associado a iniciativas estaduais voltadas ao fortalecimento da alfabetização e à melhoria da aprendizagem nos anos iniciais educacionais.

O estado consolidou-se como referência educacional na Região Norte, alcançando a primeira colocação regional e avançando para a 14ª posição no ranking nacional. Outro aspecto relevante refere-se à ampliação da infraestrutura tecnológica nas escolas públicas, com 97,8% das unidades conectadas à internet, índice superior à média nacional e com expansão significativa em áreas rurais. De acordo com o diagnóstico da educação no Tocantins (Etapa 1) 2015 - 2025;

No período de 2015 a 2024 em Tocantins foi marcado por uma crescente evolução na participação das redes municipais no atendimento ao Ensino Fundamental, abrangendo inclusive os anos finais. Esse movimento contrasta com o observado na rede estadual, que demonstrou uma tendência inversa. A análise dos dados aponta para uma clara municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental no estado. Ou seja, as matrículas nesse nível de ensino estão sendo cada vez mais absorvidas pelas redes de ensino municipais, enquanto a rede estadual registra uma diminuição ou um crescimento menos expressivo no total de matrículas para esse mesmo período. Essa mudança reflete um processo contínuo de transferência de responsabilidades e gestão do Ensino Fundamental para os municípios, impactando diretamente o cenário educacional do Tocantins. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, p.13).

Ainda, conforme os dados da avaliação do Plano Estadual de Educação do Tocantins referentes aos anos de 2015 2025.

O PEE – TO, tem uma visão de crescimento e melhoria para a educação do Estado do Tocantins. Com a aplicação e execução do referido plano, que vem repleto de metas e estratégias de trabalho, é possível que o resultado seja positivo ao final do decênio do plano. Mas como conseguir um resultado positivo no plano, se os professores não demonstraram possuir o conhecimento necessário para se trabalhar e executar todos os objetivos descritos no PEE. De posse dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário, foi possível verificar que o nível de conhecimento dos professores em relação ao plano de educação é insatisfatório, o que demonstra que o Estado ainda não conseguiu fornecer ferramentas e nem tempo suficiente para os professores da UE em questão terem o conhecimento e os meios necessários para se aprofundarem nas metas e estratégias descritas no plano. A média de acertos das questões elencadas no questionário foi de 33%, um resultado não muito significativo, quando se tem como foco de discussão a melhoria na qualidade da educação de um Estado. As propostas de melhoria na qualidade da educação e da formação, embora fundamentais para a valorização dos profissionais

da educação, pouco significado terá, se não vierem acompanhadas de uma política mais ampla de valorização e desenvolvimento profissional. Sugere-se implantar, efetivamente, um piso salarial profissional digno da classe para todos os profissionais, permitindo tempo para o estudo e para o trabalho coletivo e para a criação de novos projetos pedagógicos que envolvam os sujeitos da ação educativa na escola e na comunidade, buscando assim uma melhoria na qualidade da educação. Portanto, o presente estudo concluiu que o Estado do Tocantins deveria aperfeiçoar e capacitar, bem como disponibilizar ferramentas e tempo suficiente para os professores aprofundarem e que os mesmos reconheçam as metas e estratégias de trabalho descritas no Plano Estadual de Educação do Tocantins. (MENDES E SILVA, 2005, p. 345-346).

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados à qualidade da aprendizagem e às desigualdades educacionais. Além disso, a ampliação do atendimento na educação infantil, especialmente em creches, permanece como um desafio, uma vez que o atendimento a crianças de 0 a 3 anos ainda se encontra abaixo da média nacional.

Conforme levantamento realizado no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE), no que se refere aos níveis de ensino da Educação Básica e da Educação Infantil, especialmente no Art. 2º da Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007, observa-se que compete aos municípios a elaboração de seus respectivos planos decenais. Nesse contexto, o diagnóstico apresentado no PEE evidencia que;

O ingresso de crianças com idade de até seis anos na Educação Infantil vem crescendo em ritmo acelerado. No Tocantins, como nos demais Estados, houve avanços consideráveis, embora não de maneira uniforme em todo o território estadual. A qualidade do atendimento prestado a crianças em instituições dessa modalidade apresenta padrões bastante aquém dos desejados, especialmente em creches e pré-escolas, que, historicamente, se caracterizam como espaços de guarda das crianças de famílias de baixa renda, bem como nas pré-escolas destinadas a essa camada da população. Deve-se, porém, registrar a existência de creches com profissionais qualificados, experientes no trato com crianças, com propostas pedagógicas de alta qualidade educacional, material pedagógico adequado e excelente acervo literário sobre essa etapa de grande relevância para o desenvolvimento do ser humano. (PEE, 2007).

O cenário apresentado evidencia que, no estado do Tocantins, houve avanços importantes na ampliação do acesso de crianças de até seis anos à Educação Infantil, acompanhando uma tendência observada em diferentes regiões do país. Contudo, esse crescimento não ocorreu de forma homogênea em todo o território estadual, o que revela desigualdades no acesso e, sobretudo, na qualidade do atendimento ofertado.

Observa-se que, historicamente, muitas creches e pré-escolas foram concebidas mais como espaços de cuidado e guarda das crianças, especialmente daquelas oriundas de famílias de baixa renda, do que como ambientes voltados ao desenvolvimento integral e à formação educacional na primeira infância. Essa realidade evidencia desafios persistentes no que se

refere à garantia de padrões adequados de qualidade, infraestrutura, formação profissional e propostas pedagógicas voltadas para essa etapa da educação básica.

Por outro lado, é importante reconhecer a existência de experiências positivas em algumas instituições, que contam com profissionais qualificados, propostas pedagógicas consistentes e recursos didáticos adequados, demonstrando que é possível avançar na oferta de uma Educação Infantil de qualidade.

Conforme levantamento de dados divulgado pelo Jornal do Tocantins, o Tocantins tem intensificado políticas educacionais voltadas à cooperação com os municípios, por meio de programas como o Alfabetiza Mais Tocantins e o Programa de Fortalecimento da Educação - (Profe). Essas iniciativas têm como foco a melhoria da infraestrutura escolar, a formação de professores e a promoção de maior equidade educacional.

Conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio do Censo Escolar de 2025, o estado do Tocantins apresentou avanços na redução da distorção idade-série no ensino fundamental, com destaque para as séries iniciais. Os indicadores apontam uma taxa de 12,3%, evidenciando melhorias no percurso escolar dos estudantes nessa etapa da educação básica.

Esse resultado sugere avanços na organização do processo educativo e nas estratégias voltadas ao acompanhamento da aprendizagem e à permanência dos estudantes na escola. Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelo poder público estadual, por meio da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins, têm contribuído para a redução de defasagens no fluxo escolar, indicando esforços institucionais voltados ao fortalecimento da trajetória educacional dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

A organização da rede estadual de ensino, conforme dados da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins, evidencia uma estrutura descentralizada, composta por 13 Superintendências Regionais de Educação, responsáveis pela gestão e acompanhamento das unidades escolares distribuídas no estado.

Nesse sentido, destaca-se a atuação da Diretoria de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais, que integra as ações voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo o suporte técnico de profissionais como os assistentes sociais e os psicólogos. Ao todo, a rede estadual contabiliza aproximadamente 400 escolas, organizadas sob a supervisão dessas superintendências. No que se refere à inserção do Serviço Social na política educacional, observa-se que a distribuição dos profissionais ocorre de modo que, em média, um (a) assistente social atende a três escolas, configurando-se um modelo de trabalho compartilhado.

Destaca-se a atuação de 13 parceiros em regime de colaboração, o que reforça a articulação entre diferentes instituições no desenvolvimento das políticas educacionais. Esses dados permitem compreender a dimensão da rede de ensino e a abrangência do atendimento educacional, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância do planejamento e da cooperação interinstitucional para garantir a qualidade da educação no estado.

Cabe mencionar que após a implementação da Lei n.º 13.935/2019, o Estado passou a demandar um número significativo de profissionais contratados temporariamente para atuarem no contexto escolar. Inicialmente, algumas profissionais já efetivas foram realocadas para Diretorias de Ensino, enquanto as demais, contratadas pela Seduc, foram gradativamente distribuídas entre as unidades escolares.

A escola considerada de médio porte, modelos V e VI, com 496 a 735 alunos, possuirá um psicólogo e um assistente social que atuará em duas escolas. As instituições de ensino de pequeno porte, modelos VII, VIII e IX, contarão com um psicólogo e um assistente social para cada três escolas. O município com apenas uma escola permanece um profissional. As escolas de pequeno porte modelo X e as escolas indígenas terão disponíveis os profissionais que atuarão nas Diretorias Regionais de Educação (DREs). (JORNAL: O GIRASSOL).

Como metas para 2025 - 2026, o Governo do Tocantins, especialmente no ensino fundamental (anos iniciais e finais), demonstra uma estratégia de fortalecimento da educação no estado. Ao buscar alcançar a primeira posição na Região Norte e estar entre os dez melhores resultados do país, o governo sinaliza o compromisso com a melhoria dos indicadores educacionais e da qualidade do ensino público. Com relação ao diagnóstico da educação no Tocantins - educação básica, o IDEB destaca na tabela abaixo:

Figura 05 - IDEB do estado do Tocantins

TABELA: 1 - IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DO TOCANTINS - ANOS INICIAIS

Ideb total	Ideb						Metas						
ANO	2015	2017	2019	2021	2023	2025	2015	2017	2019	2021	2023	2025	
BRASIL	5,5	5,8	5,9	5,8	6,0	-	5,2	5,5	5,7	6,0	5,8	-	
NORTE	4,7	4,9	5,0	5,0	5,2	-	4,3	4,6	4,9	5,2	-	-	
TOCANTINS	5,0	5,4	5,5	5,1	5,4	-	4,8	5,1	5,3	5,7	5,7	-	

LEGENDA: ■ Metas alcançadas

Fonte: INEP/MEC

TABELA: 2 - IDEB DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DO TOCANTINS - ANOS FINAIS

Ideb total	Ideb						Metas						
ANO	2015	2017	2019	2021	2023	2025	2015	2017	2019	2021	2023	2025	
BRASIL	4,2	4,4	4,6	4,9	4,7	-	4,5	4,4	4,5	5,2	-	-	
NORTE	3,9	4,1	4,2	4,5	4,4	-	4,3	4,5	4,8	5,1	-	-	
TOCANTINS	4,0	4,5	4,5	4,8	4,8	-	4,5	4,8	5,1	5,3	5,3	-	

LEGENDA: ■ Metas alcançadas

Fonte: INEP/MEC

TABELA: 3 - IDEB DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO TOCANTINS

Ideb total	Ideb						Metas					
	2015	2017	2019	2021	2023	2025	2015	2017	2019	2021	2023	2025
BRASIL	3,5	3,5	3,9	3,9	4,1	-	4,0	4,4	4,7	4,9	4,9	-
NORTE	3,2	3,2	3,4	3,4	4,1	-	3,6	4,0	4,3	4,5	-	-
TOCANTINS	3,3	3,7	3,9	4,1	4,1	-	3,8	4,2	4,5	4,7	4,7	-

LEGENDA: ■ Metas alcançadas

Fonte: INEP/MEC

Fonte: diagnóstico da educação no Tocantins (Etapa 1), 2015 -2025.

No entanto, para atingir essas metas, não basta investir apenas em infraestrutura e na gestão pedagógica. Também é necessário ampliar políticas que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. Assim, as ações integradas que considerem as condições sociais, econômicas e familiares dos alunos são essenciais para enfrentar desafios como evasão escolar, distorção idade-série e dificuldades de aprendizagem.

A melhoria dos resultados educacionais depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional e a compreensão da realidade social dos estudantes. Para isso, foi publicado no Diário Oficial a prorrogação da Medida Provisória nº 2, que trata do Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO, que tem por objetivo conduzir as políticas públicas de educação à realidade do Estado do Tocantins, buscando estabelecer prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas, avançando para uma educação de qualidade.

A prorrogação da referida medida é mais uma oportunidade que o Estado tem em garantir a continuidade das metas educacionais no estado pela Lei nº 2.977/2015, (Art. 2º.⁸)

⁸ I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI -

que instituiu o Plano Estadual de Educação do Tocantins (2015-2025), estabeleceu diretrizes para orientar as políticas educacionais no estado, com foco na ampliação do acesso, permanência e qualidade da educação. Sobre as diretrizes do PEE/TO, destaca-se a erradicação do analfabetismo, a redução das desigualdades, a valorização dos profissionais da educação e a formação integral dos estudantes.

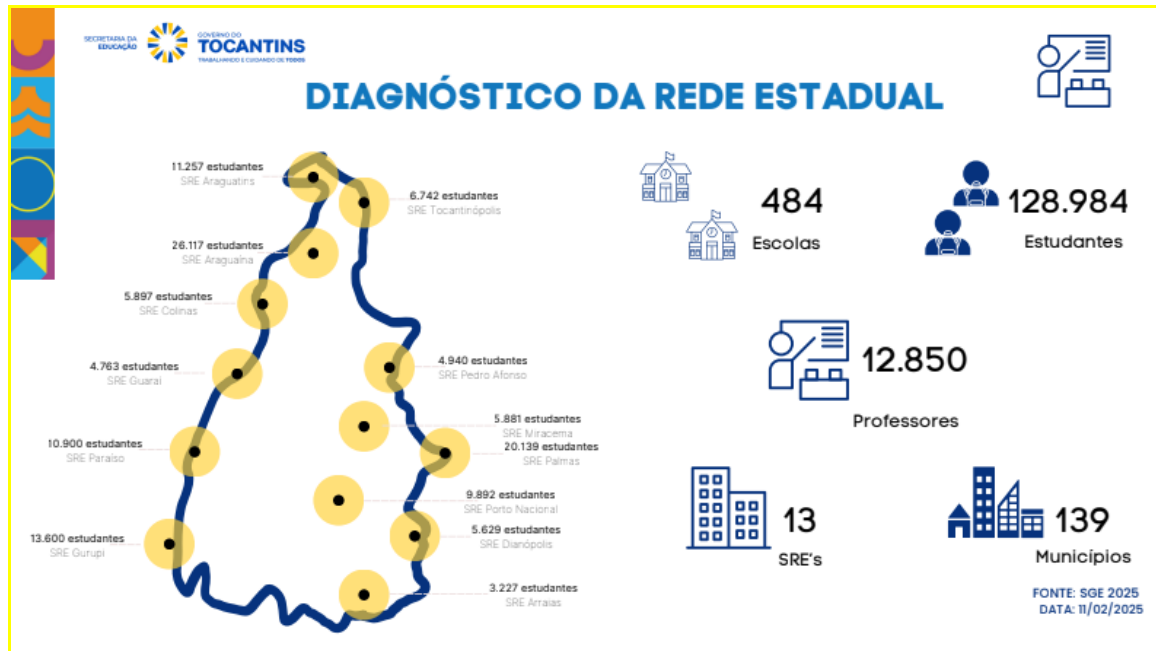
Também enfatiza a gestão democrática, a articulação entre os entes federativos e a participação da família, reforçando o compromisso com uma educação pública inclusiva e de qualidade. [...] no Tocantins, para a gestão democrática da educação pública entre os anos de 2007 a 2018. [...] por vezes não caminha mais em consonância com elementos tecnicistas, e sim para a afirmação de uma perspectiva de gestão ancorada na defesa da participação dos sujeitos. (Lagares, Brito e Silva, 2020, p.107).

Com isso, evidencia-se uma mudança importante na condução da gestão educacional no Tocantins, ao indicar o afastamento de uma perspectiva estritamente tecnicista em favor de um modelo mais participativo nesse período. Ao valorizar o trabalho dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, como gestores, profissionais da educação, estudantes e famílias, a gestão democrática passa a se constituir como um espaço de construção coletiva e de fortalecimento da participação social.

A partir dessa perspectiva contribui-se para tornar uma escola mais aberta ao diálogo, às demandas da comunidade e à tomada de decisões compartilhadas, o que favorece não apenas a transparência na gestão, mas também a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a realidade social. Na figura do diagnóstico da rede estadual de Ensino, previsto no PEE/TO. (2026-2032).

promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; VIII- garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; XI - fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades; XII - o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto. (Brasil, Lei nº 2.977/2015).

Figura 06 – Diagnóstico da Rede Estadual



Fonte: Material de apoio - PEE/TO 2026-2036. <https://www.to.gov.br/seduc>

Os dados do diagnóstico PEE/TO 2026-2036 na imagem, evidenciam a dimensão e a complexidade da rede estadual de ensino, estruturada em 13 Superintendências Regionais, com 12.850 professores e atendimento a 128.984 estudantes, distribuídos nos 139 municípios do Estado do Tocantins. Esse cenário revela a amplitude da política educacional e reforça a necessidade de uma estrutura técnica compatível para responder às demandas educacionais e sociais presentes na rede.

O referido quadro apresenta um panorama geral dessa estrutura, com base nos dados mais recentes disponíveis, sistematizando informações quantitativas fundamentais para a compreensão do funcionamento da rede estadual de ensino, incluindo o número de estudantes matriculados, o quantitativo de professores, a abrangência territorial e a organização administrativa por meio das Superintendências Regionais de Educação (SREs).

Sobre isso, Freire, Freire e Gomes, (2016, p. 105).

Nessa mesma lógica, o Plano Estadual de Educação para década de 2006 a 2015 compromete pouco o Estado na oferta do direito à educação pública para toda a população e seus objetivos e metas para todos os níveis de ensino são pouco explícitos em relação a uma efetiva política pública para a solução dos históricos problemas na oferta e qualidade social de uma educação pública e gratuita e em uma gestão educacional comprometida não apenas com os índices e resultados quantitativos. (FREIRE; FREIRE; GOMES, 2016, p. 105).

Esses comparativos de dados de 2006, 2015 e atuais permitem analisar a dimensão e a complexidade da rede estadual, além de subsidiar o planejamento, a gestão e a formulação de

políticas públicas educacionais. A partir dessas informações, torna-se possível identificar a distribuição dos recursos humanos e institucionais, bem como compreender os desafios relacionados à garantia do acesso, permanência e qualidade da educação em todo o território atendido.

4.4 Configuração do Serviço Social na política educacional do município de Palmas - TO, no âmbito estadual, a partir de dados do CRESS/TO

Os resultados da pesquisa sobre a configuração do Serviço Social na política educacional de Palmas-TO e no âmbito estadual, com base em dados e orientações do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/TO, buscaram complementar evidências sobre a organização do trabalho profissional nesses espaços. A análise permitiu compreender a inserção, as atribuições e os desafios do cotidiano do (a) assistente social, bem como suas implicações para a consolidação da política educacional nos contextos local e estadual.

A pesquisa realizada junto ao CRESS/ TO aconteceu no primeiro semestre de 2026, e evidenciou-se a ausência de dados sistematizados sobre o quantitativo de assistentes sociais atuando na rede municipal de ensino de Palmas. As informações disponíveis indicam que, em 2024, a educação municipal contava com quatro profissionais contratados; contudo, mesmo após a realização de concurso público e de ações de fiscalização, não foram identificados registros consolidados com o número atualizado de profissionais vinculados à rede.

Em contrapartida, no âmbito do estado do Tocantins, identificam-se avanços recentes na ampliação do quadro profissional, com aproximadamente 320 assistentes sociais contratados entre 2022 e 2023 para o trabalho na rede estadual de ensino. Outro aspecto que merece destaque refere-se à ausência de um dimensionamento institucional das unidades escolares do município, especialmente no que diz respeito à distribuição das escolas e à definição de parâmetros que orientem a quantidade de profissionais necessários para atender às demandas educacionais e sociais existentes.

De acordo com Almeida (2024);

[...] mais de 300 profissionais foram integrados às escolas públicas na rede estadual desde 2022. Por conseguinte, em conformidade com informações que constam no site da SEDUC, de 23 de agosto de 2023 mostra que o Estado do Tocantins se destaca em âmbito nacional por possuir o maior número de profissionais dessas áreas. Atualmente, são 200 psicólogos, 225 assistentes sociais e 612 orientadores educacionais, o objetivo é contratar um profissional para cada unidade escolar. (ALMEIDA, 2024, p.111-112).

Conforme a autora, no intervalo de 1 ano, o estado teve avanços educacionais positivos com a ampliação desses profissionais mencionados, enfatizando-se que no ano de 2024 havia cerca de 225 assistentes sociais executando suas funções nessa política.

Conforme divulgado no site institucional do CRESS/TO, em abril de 2024 foi realizado o II Seminário sobre as *Atribuições do Serviço Social na Educação*. A iniciativa teve como propósito fomentar o debate acerca dos principais desafios enfrentados pela categoria neste campo de exercício profissional do (a) assistente social, evidenciando a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico diante da inserção recente do Serviço Social na educação.

Já em 18 de junho de 2024, o referido Conselho participou de uma reunião com a Seduc com o intuito de discutir a elaboração do regimento que orienta as atribuições dos profissionais de Serviço Social atuantes nas escolas, no âmbito das equipes multidisciplinares. A iniciativa buscou assegurar que o documento esteja em conformidade com as atribuições estabelecidas na legislação que regulamenta a profissão.

Ademais, no mês de maio de 2025, o mesmo conselho realizou ação de fiscalização em 10 escolas da rede municipal, na qual foram identificadas diversas irregularidades relacionadas às condições de trabalho dos (as) assistentes sociais. Entre os principais apontamentos destacam-se a inexistência de condições éticas e técnicas adequadas para o exercício profissional, sobretudo em razão da ausência de espaços apropriados para a realização de atendimentos individualizados. Tal situação compromete princípios fundamentais do trabalho profissional, como o sigilo e a privacidade dos usuários, além de limitar a efetividade das intervenções realizadas no contexto escolar.

A preocupação com relação ao papel do serviço social nas escolas, por parte do Conselho, é crescente pelo número de denúncias dos profissionais substituindo professores e porteiros, aplicando provas entre outras funções que não fazem parte do escopo do assistente social. A presidente do CRESS-TO se comprometeu a reencaminhar o documento elaborado pelo conselho, que indica as incoerências entre o regimento interno da SEDUC e a legislação que regulamenta a profissão. (CRESS - TO, 2024 *apud* ALMEIDA e ARAÚJO, 2024, p. 11).

Observou-se ainda que, em alguns casos, um único profissional encontrava-se responsável pelo atendimento em até três instituições educacionais distintas, abrangendo diferentes etapas da educação básica, como creches, unidades que atendem crianças de até seis anos e escolas voltadas aos anos finais do ensino fundamental (7º ao 9º ano).

Nessa continuidade, o CRESS/TO, promoveu o 3º *Seminário Serviço Social na Educação em Palmas*, o evento ocorreu em outubro de 2025, teve como objetivo promover o diálogo entre universidade, entidades de classe, órgãos públicos e a categoria profissional,

fortalecendo o exercício profissional dos assistentes sociais na educação. As discussões concentraram-se na construção de estratégias alinhadas às especificidades do Tocantins, estimulando reflexões críticas e práticas coletivas para subsidiar gestores e profissionais. O evento não só constituiu num espaço de formação e mobilização, mas à sua efetiva implementação no contexto local, com ênfase na garantia de condições de trabalho e na reafirmação dos princípios ético-políticos da profissão.

Observou-se que a programação do seminário contemplou diferentes momentos formativos, incluindo mesa-redonda com especialistas e representantes das Secretarias de Educação, apresentação de ações institucionais do CRESS-TO e oficina voltada à elaboração de planos de trabalho para assistentes sociais na educação. Tais atividades evidenciaram a preocupação com o aprimoramento teórico-metodológico e com a instrumentalização da prática profissional no âmbito escolar. Verificou-se, ainda, a participação de diversos atores sociais, como gestores públicos, assistentes sociais, psicólogos, professores e representantes de instituições de ensino superior, o que demonstra a construção de um espaço coletivo de diálogo e articulação interinstitucional.

De acordo com dados do CRESS-TO, o Governo do Estado chegou a contratar cerca de 800 profissionais. No entanto, ao longo do ano (2025), esses contratos não foram renovados, o que dificulta a realização de um acompanhamento mais sistemático por parte do Conselho Regional. Logo em seguida, o Governo do Tocantins publicou no Diário Oficial ato que extinguiu mais de mil contratos temporários vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC), sob a justificativa de reajuste na prestação dos serviços. “A medida, fundamentada na Lei Estadual nº 3.422/2019, atinge diversos cargos, incluindo professores, assistentes administrativos, analistas, psicólogos, assistentes sociais e monitores educacionais”. (Palmas, TO. DOE, nº 6933/2025).

Nesse contexto, é possível inferir que tal decisão também esteja relacionada às mudanças de gestão ocorridas no Tocantins nos últimos anos, evidenciando rearranjos de natureza político-administrativa. Contudo, seus desdobramentos apontam para impactos significativos no âmbito do serviço público, com repercussões diretas para a sociedade, especialmente para os trabalhadores e trabalhadoras que depositaram expectativas de estabilidade e reconhecimento em suas inserções profissionais, agora fragilizadas pela descontinuidade dos vínculos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os resultados mostraram que os principais desafios e potencialidades do trabalho do (a) assistente social nas redes municipal e estadual de ensino fundamental em Palmas – TO e no contexto do Estado, a inserção do Serviço Social na política educacional como fundamental, ainda se materializa de forma incipiente e desigual, sendo atravessada por múltiplas determinações de ordem estrutural, institucional e política.

Apesar das dificuldades na obtenção de dados atualizados, a pesquisa foi fortalecida por fontes públicas, como portais institucionais e mecanismos de transparência, que forneceram informações para as análises. Ressalta-se, contudo, que em alguns momentos os canais de divulgação apresentavam informações desatualizadas em relação à realidade observada na mídia local, como jornais e televisão. Ainda sendo, esses diferentes materiais foram fundamentais para articular e complementar as buscas realizadas, contribuindo para a consolidação das informações e para a sustentação teórica das fontes utilizadas no trabalho, a exemplo dos dados do CRESS- TO.

Entende-se que o Estado de Tocantins tem dimensão territorial extensa e apresenta desafios adicionais para o acompanhamento e a fiscalização do exercício profissional do (a) assistente social, entretanto, essa dimensão não só territorial, mas, acima de tudo, do que se refere ao processo de fiscalização profissional, torna-se inalcançável por parte das agentes fiscais do CRESS no contexto atual. Certamente, reflete em impactos negativos e diretamente para o alcance e efetividade das suas ações. Da falta de dados atualizados do referido conselho, compreende-se que em muitos casos, os próprios órgãos públicos apresentam restrições ou dificuldades no acesso às informações, contribuindo para a fragmentação e limitação das fontes disponíveis.

Por conseguinte, essa apreensão crítica exige reconhecer a complexidade do campo de ação e a necessidade de respostas profissionais qualificadas e contextualizadas criticamente. Cabe a reflexão crítica no que se refere à necessidade de maior transparência das gestões públicas e ao fortalecimento de estratégias de divulgação de suas ações no âmbito educacional. A efetivação e a visibilidade educacional não apenas fortalecem essa conjuntura, mas também contribuem para a promoção da equidade social, ao ampliar as possibilidades de cuidado, acompanhamento e garantia de direitos no cotidiano das escolas públicas. Inegavelmente, assim, dar visibilidade aos avanços, limites e desafios dessa política, em especial no que diz respeito à implementação da legislação que prevê a inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais na educação básica.

Por certo, o levantamento dos dados permitiu reunir referências importantes para o conhecimento e reflexão das discussões já produzidas sobre a temática. Não diferente disso, reitera-se que as pesquisas realizadas no âmbito estadual evidenciam a limitada disponibilidade de informações por parte do próprio Estado acerca do exercício profissional do assistente social na educação, revelando fragilidades na organização e transparência desses dados governamentais.

Com isso, observou-se que as condições de trabalho do (a) assistente social reforçam a necessidade de práticas que ultrapassem respostas imediatistas e estritamente tecnicistas, exigindo-se estratégias de intervenção fundamentadas em uma leitura crítica da realidade das unidades escolares onde esses profissionais exercem suas funções. Acrescenta-se, ainda, que tais desafios são potencializados pela necessidade de reconhecimento, no espaço escolar, das atribuições privativas do (a) assistente social, uma vez que, em alguns contextos, a própria gestão escolar ainda apresenta dificuldades em compreender plenamente as competências desse profissional no âmbito escolar. A valorização profissional também se apresenta como elemento imprescindível, sendo necessário garantir melhores condições de trabalho, remuneração adequada (principalmente para os profissionais que ainda trabalham na modalidade contratual) e reconhecimento institucional.

Essas condições de fato, comprometem a efetividade do trabalho profissional, especialmente no que se refere ao acompanhamento das demandas que emergem no cotidiano escolar. Apesar dos resultados acerca das qualificações profissionais no âmbito educacional por parte do estado e município. Ficou observado ser primordial, e requer construção de ações contínuas, sistemáticas para que sejam alcançados (as) todos os profissionais de uma forma geral.

No que se refere aos objetivos específicos, a pesquisa evidenciou que houve ampliação do número de assistentes sociais na rede de ensino básico; a institucionalização mais consistente do exercício profissional; o fortalecimento da articulação intersetorial; o investimento em formação continuada; a implementação de equipes multiprofissionais completas; e a valorização profissional, com melhores condições de trabalho e reconhecimento institucional.

Em outras palavras, ainda que o quantitativo de profissionais esteja aquém do necessário, sua inserção representa um avanço significativo ao possibilitar a identificação precoce de demandas psicossociais, o acolhimento de estudantes e famílias, e o encaminhamento adequado a políticas públicas intersetoriais. Para as famílias que têm filhos cursando ensino fundamental, o trabalho desses profissionais mencionados, tendem a gerar

maior sensação de segurança e apoio, na medida em que a escola passa a se configurar também como um espaço de escuta e de proteção social, essencialmente para as famílias que mais precisam de informações sobre direitos sociais. Não somente, mas também, destaca-se a importância dessa política para mães de famílias atípicas, que frequentemente lidam com demandas complexas relacionadas ao desenvolvimento e à inclusão de seus filhos, encontrando nesses profissionais um suporte mais qualificado dentro do ambiente escolar.

Como agenda para estudos futuros, apontam-se investigações sobre o impacto do trabalho profissional nos processos educacionais, a efetividade das ações intersetoriais, as condições de trabalho dos assistentes sociais e a percepção da comunidade escolar sobre este viés, além de estudos comparativos entre diferentes realidades, como o contexto de Palmas – TO. Dito isso, sugere-se a ampliação do número de assistentes sociais na rede de ensino, de modo a reduzir a proporção de escolas por profissional e possibilitar um acompanhamento mais sistemático e qualificado das demandas escolares.

Paralelamente, evidencia-se a importância de uma institucionalização mais robusta do Serviço Social na educação, por meio da construção e consolidação de normativas claras que definam atribuições, competências e diretrizes de trabalho no espaço escolar. Tal medida é essencial para fortalecer o reconhecimento institucional e conferir maior efetividade às intervenções profissionais. Fato que fortalece o exercício profissional, garantindo-se a construção de fluxos mais efetivos entre as políticas de educação, saúde e assistência social.

Em suma, considera-se que o fortalecimento do Serviço Social na educação constitui elemento fundamental para a construção de uma escola pública comprometida com a garantia de direitos, a justiça social e a formação integral dos sujeitos. Contudo, sua efetivação depende, em primeiro lugar, do compromisso do Estado com a consolidação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades estruturais da sociedade capitalista. Além disso, requer o engajamento da sociedade na defesa e fortalecimento dessas políticas, de modo a superar intervenções pontuais e avançar em direção a transformações sociais mais profundas.

Assim, no que se refere às possibilidades para futuras investigações, sugere-se a realização de pesquisas que analisem o impacto do exercício profissional do (a) assistente social no desempenho e na permanência escolar dos estudantes, contribuindo para evidenciar a relevância desse profissional na garantia do direito à educação e consequentemente evitando a evasão escolar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALMEIDA, Cristiane Pereira Barbosa. **Serviço Social na Educação Básica**: O processo histórico e implantação na rede estadual no município de Palmas -TO. 2024.134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Miracema do Tocantins, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/8347>. Acesso em: 08 maio de 2026.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2010. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf . Acesso em: 17 mar. 2026
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes; SALVADOR, Marilea Borges de Lima; PEREZ, Davi Machado. **Questão social, Estado e Serviço Social**. Palmas: EDUFT, 2020.
- BARBOSA, Cristiano Avelino. **Serviço Social na educação**: um estudo sobre a atuação do assistente social no contexto educacional brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2016.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Anais do XVII ENPESS. 2024**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório de Pesquisa: Resultados do mapeamento da presença de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil**. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação - Tendências do Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica Pública no Brasil.– GEPESS. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Departamento de Serviço Social- Franca. 2025. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3082_0002.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República** Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, **Censo demográfico 2026**: Palmas – TO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. último acesso em: jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. último acesso em: jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins (2015-2025). Tocantins, 2015.

BRASIL. **Programa de Educação Integral**. Ministério da Educação, 2009.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CNE/CBE n. 2 de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais, 2001**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2001> último acesso em: jul. 2026.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf . último acesso em: jul. 2026.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação** (título provisório). Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011. Disponível em:

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional Serviço Social na Educação**. CFESS Manifesta, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA_SEM-EDUCA-Site.pdf último acesso em: jul. 2026.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social na Educação. In: **Parecer Jurídico n. 23/2000**. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). último acesso: junho de 2026.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FÉRRIZ, Adriana et al. **Tijolos contra muros**: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FÉRRIZ, Adriana. **Serviço Social na educação**: desafios para a construção de uma prática crítica. São Paulo: Cortez, 2019.

FÉRRIZ, Adriana. A inserção do Serviço Social no espaço escolar: entre limites e possibilidades. In: ALMEIDA, N. R.; MARTINS, Eliana Canteiro (org.). **Educação e Serviço Social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. Juciley Silva Evangelista. FREIRE. José Carlos da Silveira. GOMES. Allyne Oliveira de Sousa. Educação, pobreza e desigualdade social e as políticas de gestão educacional no Tocantins. In: **Direitos de fato reflexões contemporâneas**. Palmas – TO: SILVA. André Luiz Augusto da. MACHADO. Graziela Scheffer. EDUFT, 2016. p.79-110.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; YANNOULAS, Silvia Cristina; SOUZA, Silvana Aparecida. Passado, presente e desafios futuros para o Serviço Social na educação básica: o longo caminho entre o projeto de lei e sua implementação. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira et al. (org.). **Tijolos contra muros**: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022. p. 130-143. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/tijolos-contra-muros>. Acesso em: 28 jul. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GAZOTTO, Mireille Alves. **Políticas públicas educacionais**: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil. 2014. Disponível em: <https://gepesse.wixsite.com>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROSS, Léia Lediane. **Serviço Social, família e proteção social: reflexões para o debate**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Texto base de palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, Universidade de Brasília – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M.A. **Metodologia científica**: Ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis. Atlas, São Paulo. (2008).

LAGARES, R.; BRITO, K. C. F. C.; SILVA, M. L. A. da. Gestão da educação em sistemas municipais de ensino no Tocantins. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, 2020.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. Curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba (UNIUBE) Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 73-82 2007.
<https://www.scielo.br/j/rk/a/NwsP3r5mjSrCCwP9G3RYcCh/?format=html&lang=pt>.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democracia e educação**: teoria e prática da educação escolar. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007.

MARTINS, Eliana Canteiro. **Serviço Social e educação**: práticas profissionais no cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Danylo Bezerra. SILVA, Fabiane Fernandes da. **Avaliação do Plano Estadual de Educação do Tocantins. 2015 – 2025**. Editora Unitins. Revista Humanidades e Inovação. 2025. Disponível em: <file:///C:/Users/LENOVO/Downloads/8143-Texto%20do%20artigo-27667-1-10-20230206.pdf> Último acesso: jul. 2026.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-29.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social. In: CFESS. **Oficina nacional de trabalho**. Brasília: CFESS, 2005.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**/ José Paulo Netto – 8. ed.

– São Paulo, Cortez, 2011.

REINALDO, Thayssllorranny Batista. **Território, fronteira, campesinato** : expansão da fronteira agrícola e resistência camponesa no norte do Tocantins, Brasil / Thayssllorranny Batista Reinaldo. – 2023. 324 f. : il. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia , Fortaleza, 2023.

RODRIGUES, J. C.; SANTOS, R. F. B. A geografia política do Estado do Tocantins. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 21–35, 2015.

SANTOS, Daniel Barbosa dos. et al. Alfabetização e letramento. **Revista Colombiana de Ciências e Humanidades**, v. 2, n. 3,. DOI:10.5281/zenodo.16741657. COLÔMBIA, jun. 2025.
www.rehcol.com

MENEZES SANTOS, Daniela Simões. Serviço Social na educação enquanto política pública. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 13, 2010**, Brasília. Anais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS) e Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Dalva Marçal Mesquita; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. A criação e efetivação da Região Metropolitana de Palmas-TO: critérios e processo de institucionalização. **Revista Produção Acadêmica (NURBA/UFT)**, v. 4, n. 2, p. 115-131, 2018. Disponível em:

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 10, n. esp., p. 1525, 2007.

SILVA, Nilson Vieira da. **Diagnóstico sócio-econômico-administrativo do Estado do Tocantins**. Palmas, 1990.

TOCANTINS. Jornal o Girassol. **Educação divulga critérios para a lotação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede estadual**. Disponível em: <https://ogirassol.com.br/estado/educacao-divulga-criterios-para-a-lotacao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-nas-escolas-da-rede-estadual/>. Acesso em: mai. 2026.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Secretaria Estadual de Educação - **Diário Oficial do Estado** - DOE. <https://diariooficial.to.gov.br/busca?por=texto&texto=&data-inicial=2025-11-04&data-final=>. Palmas - TO. Acesso em: abril de 2026.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Secretaria Estadual de Educação. SEDUC-TO. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Conversa necessária**: Planos Decenais da

Educação do Tocantins Seminário Estadual do PNE. 11 de Agosto de 2025. Disponível em: https://www.consed.org.br/noticia/secretario-fabio-vaz-participa-do-seminario-estadual-do-sobre-o-plano-nacional-de-educacao?utm_source=chatgpt.com

TOCANTINS. Prefeitura Municipal de Palmas. **Secretaria Municipal da Educação (SEMED)**: dados institucionais e estatísticos. Palmas, 2024. Disponível em: <https://educacao.palmas.to.gov.br> . Palmas - TO. Acesso em; maio 2026.

TOCANTINS. Prefeitura Municipal de Palmas. Casa Civil do Município de Palmas - TO.: **LEI Nº 2.299, DE 30 DE MARÇO DE 2017**. Dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo do município de Palmas, na forma que especifica, e adota outras providências. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-2.299-2017-03-30-31-3-2017-11-27-47.pdf>

TOCANTINS. Prefeitura Municipal de Palmas. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. **Concurso Público para provimento de cargos do Quadro da Educação da Prefeitura de Palmas**. 2024. Edital - COPESE. N. 62/ · Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/uIhjOy2dRa6-lu5DUO4jNA/content/Edital%20n%C2%BA%2062_2024%20\(19_06_2024%20-%20Abertura%20Concurso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o\)%20-%20atualizado%20em%2017_09_2024.pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/uIhjOy2dRa6-lu5DUO4jNA/content/Edital%20n%C2%BA%2062_2024%20(19_06_2024%20-%20Abertura%20Concurso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o)%20-%20atualizado%20em%2017_09_2024.pdf).

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, v. 9, n. 1, p. 9 - 23, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Panorama da educação no município e Estado do Tocantins - 2025-2026	85
APÊNDICE 1 – OFÍCIO.....	86

APÊNDICE 1 - Panorama da educação no município e Estado do Tocantins - 2025-2026

Órgão Secretaria	/Período	Ações / Fatos	Impactos Sociais
Seduc (Secretaria de Estado da Educação) e outras pastas.	Nov de 2025	Extinção de cerca de 1.000 contratos temporários (professores, psicólogos, assistentes sociais, monitores, analistas, administrativos) com base na Lei Estadual nº 3.422/2019.	✓ Impacto indireto sobre financiamento e gestão de políticas sociais. ✓ Fragilização da rede de proteção social escolar. ✓ Redução de acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade. ✓ Maior risco de evasão escolar; ✓ Sobrecarga de profissionais remanescentes. ✓ Redução da capacidade de execução de políticas de saúde em escolas e comunidades; ✓ Impacto indireto sobre proteção social e saúde infantil/adolescente.
Secretaria Municipal de Educação de Palmas (Semed)	Mar de 2026	Implementação da Busca Ativa Escolar; formação de equipes multiprofissionais; monitoramento tecnológico da frequência escolar; atuação em Educação Integral.	✓ Ampliação da proteção social na escola ✓ Identificação e acompanhamento de vulnerabilidades estudantis ✓ Fortalecimento de vínculos escola + família + comunidade ✓ Promoção da equidade educacional.
Rede Municipal de Palmas – Educação Integral	2025–2026	Adequação da Política de Educação Integral ao CNE nº 7/2025; revisão curricular; formação continuada; intersetorialidade.	✓ Ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola (proteção social) ✓ Integração de educação, saúde e assistência social ✓ Desenvolvimento integral de crianças e adolescentes

APÊNDICE 2 – OFÍCIO



OFÍCIO Nº 001/2026

Palmas – TO, 12 de março de 2026.

À

Secretaria Municipal de Educação de Palmas – TO

Assunto: Solicitação de informações para pesquisa acadêmica

Prezados(as),

Eu, Francisca Ferreira da Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), venho por meio deste solicitar, respeitosamente, informações institucionais que contribuirão para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, intitulada: **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM PALMAS : UMA ANÁLISE NA REDE PÚBLICA E MUCICIPAL E ESTADUAL A PARTIR DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS.**

Para fins de **levantamento e análise de dados**, conforme previsto no projeto de pesquisa aprovado, solicito, se possível, as seguintes informações referentes à rede municipal de ensino fundamental de Palmas:

- **Dimensionamento dos profissionais de Serviço Social** vinculados à rede municipal de educação;
- **Localização/lotação desses profissionais**, indicando em quais escolas ou setores atuam;
- **Quantidade de escolas de ensino fundamental** existentes no município de Palmas.

Ressalto que as informações solicitadas possuem finalidade exclusivamente acadêmica, sendo utilizadas apenas para fins de análise científica no âmbito da pesquisa de mestrado.

Informo ainda que a Secretaria Estadual de Educação já disponibilizou dados em nível estadual, e as informações referentes ao município de Palmas são fundamentais para a finalização do levantamento da pesquisa.

Desde já agradeço a atenção e colaboração, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Francisca Ferreira da Silva

Mestranda em Serviço Social – UFT

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

07/05/2026, 18:21

Gmail - Solicitação de informações institucionais para pesquisa de mestrado – UFT



Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

Solicitação de informações institucionais para pesquisa de mestrado – UFT

5 mensagens

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>
Para: diretoria-palmas@educ.to.gov.br

12 de março de 2026 às 14:11

" Um dos maiores desafios que o ASSISTENTE SOCIAL vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano"
(Marilda Iamamoto 1999).

Prezados(as),

Meu nome é Francisca Ferreira da Silva, sou Assistente Social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Miracema, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliane Marques de Menezes Amiciucci.

Entrei em contato anteriormente com esta Secretaria para tratar da realização de minha pesquisa de mestrado.

"O trabalho do Assistente Social nas escolas de ensino fundamental no estado do Tocantins (município de Palmas – TO): uma análise a partir de fontes bibliográficas e documentais".

Dessa forma, para fins de levantamento e sistematização de informações previstas no projeto de pesquisa, venho respeitosamente solicitar, se possível, o envio de alguns dados institucionais referentes à rede Estadual de ensino:

- Quantidade de escolas estadual.
- Quantidade de profissionais do Serviço Social
- Dimensionamento desses profissionais, indicando onde estão lotados ou em quais escolas/ setores atuam;
- Informações ou acesso ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) ou documentos institucionais que orientem a atuação nas escolas.

Ressalto que as informações solicitadas possuem finalidade exclusivamente acadêmica, sendo utilizadas apenas para o desenvolvimento da dissertação de mestrado.

Encaminho, em anexo, o Projeto de Pesquisa, o TCLE, comprovante de matrícula. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Desde já, agradeço imensamente pela atenção e colaboração.

At. te,

Francisca Ferreira da Silva
Assistente Social Especialista em:
Políticas Públicas e Serviço Social,
Educação Pobreza e Desigualdade Social
(63) 98467-1434

4 anexos

11_03_PROJETO_PESQUISA_2026.pdf
444K

Declaração de Matrícula_Mestrado.pdf
4K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=8d1f5072ab&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r6029115940654620703&siml=msg-a:r584838795511...> 1/3

07/05/2026, 18:21

Gmail - Solicitação de informações institucionais para pesquisa de mestrado – UFT

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_11_03_2026 (1) (1).pdf**

134K

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_11_03_2026 (1) (1).pdf**

134K

Superintendência Regional de Educação Palmas <diretoria-palmas@seduc.to.gov.br>

13 de março de 2026 às

13:39

Para: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

Prezada Francisca,

Informamos que as informações solicitadas não são de competência desta Superintendência Regional de Educação.

Dessa forma, orientamos que a solicitação seja encaminhada diretamente à Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (SEDUC), por meio do e-mail institucional, para análise e providências cabíveis.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Atenciosamente,
Assessoria de Gabinete**Superintendência Regional de Educação de Palmas**
SRE/Palmas - (63) 3027-3805

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

17 de março de 2026 às 10:15

Para: "ddc.socioemocionais@seduc.to.gov.br" <ddc.socioemocionais@seduc.to.gov.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

4 anexos

**11_03_PROJETO_PESQUISA_2026.pdf**

444K

**Declaração de Matrícula_Mestrado.pdf**

4K

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_11_03_2026 (1) (1).pdf**

134K

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_11_03_2026 (1) (1).pdf**

134K

Diretoria de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais

23 de março de 2026 às

09:24

<ddc.socioemocionais@seduc.to.gov.br>

Para: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

Bom dia!

Recebido.

Zirlene Moraes
Assessora - DDCS

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Diretoria de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=8dbf5072ab&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r6029115940654620703&siml=msg-a:r584838795511...> 2/3

07/05/2026, 18:21

Gmail - Solicitação de informações institucionais para pesquisa de mestrado – UFT

(63) 3027 -3771

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

23 de março de 2026 às 09:24

Para: ddc.socioemocionais@educ.to.gov.br

At. te

Francisca Ferreira da Silva
Assistente Social
Especialista em Políticas Públicas e Serviço Social
Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social
Mestranda em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Miracema
(63) 98467-1434

07/05/2026, 18:27

Gmail - Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmica



Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmica

7 mensagens

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

31 de julho de 2025 às 16:53

Para: Gabinete <gabinete@semed.palmas.to.gov.br>, estagiosemed.palmas@gmail.com

Cc: estagiosemed.palmas@gmail.com

Cco: estagiosemed.palmas@gmail.com

Prezada Equipe da SEMED Palmas,

Meu nome é **Francisca Ferreira da Silva**, sou assistente social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Miracema, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eliane Marques de Menezes Amicucci.

Entrei em contato anteriormente com esta Secretaria para tratar da realização de minha pesquisa de campo. No entanto, após reestruturação do projeto, a investigação segue agora com **ênfase documental e bibliográfica**, mantendo como tema:

"A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO: Uma análise a partir de fontes bibliográficas e documentais".

Dessa forma, venho, por meio deste e-mail, **solicitar autorização para a continuidade da pesquisa**, que nesta etapa envolverá a **análise de documentos públicos, legislações, normativas e outras fontes institucionais relevantes** no âmbito da política educacional e da inserção do Serviço Social nas escolas municipais. Também poderão ser utilizadas fontes disponíveis nos sites oficiais da SEMED, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

Reforço que todos os dados serão tratados de forma confidencial, com fins exclusivamente acadêmicos, conforme estabelece o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo. O estudo integra as exigências da formação no mestrado e visa contribuir para o debate profissional e para o fortalecimento das políticas públicas na educação.

Encaminho, em anexo, o **Projeto de Pesquisa atualizado, TCLE, comprovante de matrícula e cartão de vacina** e coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Desde já, agradeço imensamente pela atenção e colaboração.

At, te,

*Francisca Ferreira da Silva
Assistente Social Especialista em:
Políticas Públicas e Serviço Social,
Educação, Pobreza e Desigualdade Social
(63) 98467-1434*

4 anexos

31_07_PROJETO_PÓS_QUALIFICAÇÃO_.pdf
352K

Comprovante de Matrícula Francisca Ferreira (1).pdf
188K

CARTEIRA DE VACINAÇÃO (1).pdf
1172K

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.pdf
141K

Estágio Curricular Semed <estagiosemed.palmas@gmail.com>

12 de agosto de 2025 às 12:56

Para: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=8dtr5072ab&view=pt&search=all&permthid=thread-a-r5202363213303563340&siml=msg-a-r653065090256...> 1/3

07/05/2026, 18:27

Gmail - Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmica

Oiê! Ainda não tramitaram a solicitação para o nosso setor.
Assim que eu receber, te aviso.
Beijos para você e para o Arthur.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Diretoria de Ensino Fundamental - SEMED - Palmas - TO
Divisão de Estágios e Pesquisas - (63) 3212-7513

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>
Para: Estágio Curricular Semed <estagiosemed.palmas@gmail.com>

12 de agosto de 2025 às 22:06

"Um dos maiores desafios que o ASSISTENTE SOCIAL vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano"
(Marilda Iamamoto 1999).

Oiê! Tudo bem, obrigada por avisar. Sigo aguardando então.
Obrigada pelo carinho, retribuo com o mesmo!

At. te,

Francisca Ferreira da Silva
Assistente Social Especialista em:
Políticas Públicas e Serviço Social,
Educação Pobreza e Desigualdade Social
(63) 98467-1434

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Estágio Curricular Semed <estagiosemed.palmas@gmail.com>
Para: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

13 de agosto de 2025 às 08:07



Estágio Curricular Semed reagiu pelo [Gmail](#)

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>
Para: Gabinete <gabinete@semed.palmas.to.gov.br>, estagiosemed.palmas@gmail.com
Cc: estagiosemed.palmas@gmail.com

28 de agosto de 2025 às 10:56

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Em qui., 31 de jul. de 2025 às 16:53, Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>
Para: Gabinete <gabinete@semed.palmas.to.gov.br>, Estágio Curricular Semed <estagiosemed.palmas@gmail.com>

28 de agosto de 2025 às 10:57

[Texto das mensagens anteriores oculto]

4 anexos



31_07_PROJETO_PÓS_QUALIFICAÇÃO_.pdf
352K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=8dbf5872ab&view=pt&search=all&permthid=thread-a:15292363213393563340&siml=msg-a:165396509256...> 2/3

07/05/2025, 18:27

Gmail - Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmica

 **Comprovante de Matrícula Francisca Ferreira (1).pdf**
188K **CARTEIRA DE VACINAÇÃO (1).pdf**
1172K **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.pdf**
141K

Gabinete <gabinete@semed.palmas.to.gov.br>
Para: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

28 de agosto de 2025 às 17:50

Boa tarde.

Recebido.

Atenciosamente,

Assessoria
Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Palmas

De: Francisca Ferreira da Silva <franciscaferreira.as2011@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 28 de agosto de 2025 10:57

Para: Gabinete <gabinete@semed.palmas.to.gov.br>; Estágio Curricular Semed
<estagiosemed.palmas@gmail.com>

Assunto: Fwd: Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmica

[Texto das mensagens anteriores oculto]

OFÍCIO Nº 2657/2025/GAB/SEMED

Palmas, 24 de setembro de 2025.

À Senhora
FRANCISCA FERREIRA DA SILVA
 Universidade Federal do Tocantins
 Miracema/TO

Assunto: Resposta à solicitação de autorização de pesquisa.

Prezada Senhora,

1. Em atenção ao e-mail encaminhado a esta Secretaria, referente à pesquisa de mestrado intitulada "A atuação do assistente social nas escolas de ensino fundamental do município de Palmas – TO: Uma análise a partir de fontes bibliográficas e documentais", esta Pasta reconhece a relevância acadêmica e social do tema e sua contribuição para o debate acerca das políticas públicas educacionais.
2. No entanto, informo que o Serviço Social no âmbito da Rede Municipal de Ensino ainda se encontra em fase de implantação, processo de estruturação e elaboração de legislações próprias, razão pela qual não será possível autorizar, neste momento, a utilização de documentos institucionais e normativos internos para fins de pesquisa.
3. Agradeço a compreensão e ressalto a importância do seu interesse em fortalecer o diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática educacional. Este Gabinete permanece à disposição para futuras cooperações, em momento oportuno, quando o Serviço Social na rede estiver consolidado.

Atenciosamente,

ANICE DE SOUZA MOURA
 Secretária Municipal de Educação
 ATO 913 – NM, de 23/07/2025



DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ANICE DE SOUZA MOURA (ASSINATURA) EM 07/10/2025 15:24:13

LEI Nº 14.863, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://palmas.palmas.to.gov.br/cadastro/Usuario/externo/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 093548DA